



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA

MARCELLA CAROLINA DA SILVA ALMEIDA

**CONHECIMENTO E USOS DA MASTOFAUNA CINEGÉTICA POR
CAÇADORES, EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES NO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY, SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO

AGOSTO/2018.1

MARCELLA CAROLINA DA SILVA ALMEIDA

**CONHECIMENTO E USOS DA MASTOFAUNA CINEGÉTICA POR
CAÇADORES, EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES NO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY, SERGIPE**

Monografia apresentada ao Curso de Ecologia Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ecologia.

Orientador: Dr. Raone Beltrão Mendes.

Co-orientador: Dr. Felipe Ferreira Silva.

SÃO CRISTÓVÃO

AGOSTO/2018.1

AGRADECIMENTOS

É com muita felicidade que finalizo uma etapa desse ciclo acadêmico. Penso no caminho que trilhei até agora e, enquanto escrevo, cai a ficha que sou a primeira pessoa da minha família a concluir um curso em uma universidade federal. A partir disso, penso em várias pessoas da minha família, a qual tive oportunidade de conversar e escutar o quanto gostariam de ter estudado e como colocavam que eu tinha muita sorte de estar tendo essa oportunidade. E realmente, tem muita luta, muita sorte envolvida. Muito mais sentido que sorte na verdade; porque o que estudei na universidade vai para além do sonho carreira-perfeita, é sobre uma das coisas que acredito, que tenho fome, que pode transformar a realidade em que me insiro no mundo junto com os outros. Talvez, isso consiga, em parte, explicar a minha felicidade. A outra parte é subjetiva demais e no momento, não pode ser expressa em palavras.

Agradecer não é uma tarefa fácil, mas é uma tarefa essencial para qualquer trabalho realizado. Essa travessia não teria sido a mesma sem o apoio incondicional da minha mãe Ana, e do meu irmão Caio, meu alicerce nessa varanda existencial que a gente chama de vida. A Thiago, meu companheiro de coração grande, com toda sua paciência e carinho me ajudou a segurar a barra e a alimentar voos e sonhos. Às minhas amigas e amigos: Lorena, Fernandinha, Alice, Italy, Catharina, Jéssica, Ramon, André, Nicinho, Guilherme, Rodrigo, Drica, pessoas que pude encontrar alegria e conforto, compartilhar as dores e as delícias da graduação, figuras ímpares, sem vocês não teria graça nenhuma. Que bom que a gente se encruzilhou! Agradeço também a Raone Beltrão, pela orientação, amizade e conselhos, sobretudo por topar um desafio. Felipe Ferreira, Marcelino Soyinka, muito obrigada pelos conselhos e materiais de leituras. Muito obrigada ao Laboratório de Biologia da Conservação, aos técnicos-administrativos e terceirizados. Não posso também deixar de agradecer a todxs professorxs que contribuíram nessa caminhada, em especial os professores Stephen Ferrari e Pablo Ariel, por serem exemplo que o ensino e ciência podem ser exercidas de maneira horizontal.

A realização dessa monografia não seria possível sem a contribuição dos moradores de Santa Luzia do Itanhhy, muitíssimo obrigada por terem compartilhado conhecimento, terem me concedido tempo e a licença para entrar na casa de cada um. Um agradecimento em especial à Laíze e dona Edileuza, vulgo Nãe, por terem sido ponte para minha chegada. Que os caminhos estejam abertos! Obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das comunidades amostradas e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Os povoados enumerados constituem: 1) Rua da Palha, 2) Pedra Furada, 3) Sede municipal, 4) Bom Viver e 5) Povoado Crasto. Fonte: Atlas Digital da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Sergipe, 2013. Projeção UTM. Datum Sirgas, Zona 24S. Elaboradores: Eduardo V.S Oliveira e Marcella C. S. Almeida.8

Figura 2: Frequência absoluta e relativa das espécies citadas distribuídas de acordo com o táxon de ordem.16

Figura 3: Valor de Uso dado por informante e Proporção Relativa de Uso entre as espécies citadas.19

Figura 4: Escalonamento Multidimensional Não-Métrico (NMDS) sobre o conhecimento das espécies cinegéticas de acordo com o grupo escolaridade. Em vermelho, está representado os informantes que não possuem grau algum de escolaridade, enquanto, os que possuem, estão representados pela cor preta. O estudo foi desenvolvido nas comunidades do município de Santa Luzia do Itanh, nos meses de maio de 2017 a julho de 2018.22

Figura 5: Escalonamento Multidimensional Não-Métrico (NMDS) sobre o conhecimento das espécies cinegéticas de acordo com a atividade de caça. Em vermelho, está representado pelos informantes que não realizam mais atividades de caça, enquanto, os que ainda realizam, estão representados pela cor preta. O estudo foi desenvolvido nas comunidades do município de Santa Luzia do Itanh, nos meses de maio de 2017 a julho de 2018.22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mamíferos silvestres citados pelos informantes residentes nas comunidades de Santa Luzia do Itanhy.14

Tabela 2: Mamíferos silvestres que foram citados com um ou mais de um tipo de uso.....20

Tabela 3: Unidades de Conservação do Estado de Sergipe (MN: Monumento Natural, PN: Parque Nacional; PM: Parque Municipal; RVS: Refúgio de Vida Silvestre; RB: Reserva Biológica; APA: Área de Proteção Ambiental; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; FN: Floresta Nacional; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural).....31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Histórico da população da área de estudo	3
2. OBJETIVOS	7
3. MATERIAIS E MÉTODOS	8
3.1 <i>Área de Estudo</i>	8
3.2 <i>Coleta de Dados</i>	9
3.3 <i>Análise de Dados</i>	11
4. RESULTADOS	14
4.1 <i>Caracterização da atividade de caça</i>	22
5. DISCUSSÃO	25
6. CONCLUSÃO	35
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

RESUMO

A conexão entre seres humanos e animais envolve uma relação simbiótica e predatória que vem permanecendo ao longo do tempo. Entre as interações humanos e animais, podem ser destacadas as relações associadas à cadeia alimentar. Nesse caso, o uso dos animais é direcionado para alimentação humana, sendo a caça, uma das formas empregadas pelos humanos para acessar esses recursos. Apesar de ser caracterizada no Brasil como uma prática ilegal, a caça é uma das formas de uso atribuídas a fauna que representa uma importante prática para as comunidades tradicionais. Através dessa pesquisa buscou-se caracterizar a atividade cinegética sobre mamíferos silvestres pela população que reside no entorno de Unidades de Conservação particulares no município de Santa Luzia do Itanhhy/SE e suas implicações para medidas de manejo e conservação. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizadas entrevistas livres e semiestruturadas. Para a seleção dos informantes foi utilizado o método bola-de-neve. Os dados obtidos acerca das inter-relações com a fauna local foram categorizados de acordo com a literatura específica. Com relação às análises dos dados, foram calculadas as frequências de ocorrência dos táxons e os valores de uso das espécies citadas. Também foi utilizado o Escalonamento Multidimensional Não Métrico (NMDS) e o Índice de Jaccard para analisar o efeito da escolaridade e da atividade de caça sobre o conhecimento da mastofauna local. Foram entrevistados 16 caçadores e ex-caçadores, sendo mencionados um total de 32 espécies distribuídas em 8 ordens e 18 famílias. Os mamíferos são capturados para múltiplas finalidades como alimentação, uso zoterápico, mágico, artesanato, religioso e ainda sendo alvos de conflitos. O uso da carne de mamíferos cinegéticos como alimentação é a principal finalidade utilitária citada pelos entrevistados. Quanto aos métodos de caça, a caça com cachorro e a caça de espera são as estratégias mais utilizadas. Dessa forma, é evidente que os entrevistados demonstram detalhado conhecimento acerca da mastofauna local, além de que as variadas interações entre seres humanos e fauna atesta a importância dos animais silvestres para a população local. O registro desta prática requer medidas imediatas quanto à necessidade em se preservar, principalmente, espécies ameaçadas de extinção. Faz-se necessário a elaboração de um plano de manejo para as RPPN, levando-se em consideração os aspectos sociais e culturais das comunidades locais envolvidas. Diante dessas propostas e dos resultados verificados no presente trabalho, espera-se que este contribua para a discussão e elaboração de novos estudos etnozoológicos para o Estado de Sergipe, além de auxiliar

na preservação da identidade cultural da comunidade Luziense e da biodiversidade contida nos fragmentos florestais da região.

Palavras-chave animais cinegéticos; conhecimento tradicional; etnozoologia.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da sua história evolutiva, biológica e cultural, os seres humanos desenvolveram variadas interações com outros seres vivos, especialmente com os animais (Alves et al., 2011). Estas relações possuem um valor considerável para a sociedade humana, uma vez que estampam estreitas interações de dependência ou codependência com a fauna e os recursos que os animais representam (Alves & Souto, 2010; Barbosa et al., 2011). Os animais estão presentes nos mitos, lendas, sonhos, fantasias, histórias, folclore, ritos mágico-religiosos e arte, constituindo parte fundamental da cultura humana (Alves et al., 2012). Também são a base de diferentes práticas humanas de uso e manejo, sejam como alimentos, remédios, ornamentos, na economia ou por sua importância ecológica (Alves et al., 2011; Ojast, 2000; Redford & Robinson, 1987).

Desta forma, conhecer as relações das populações com a fauna local, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos e culturais de uma dada região, é uma abordagem necessária quando se trata das práticas e medidas de conservação desses recursos (Cullen et al., 2004). Neste aspecto, Alves & Souto (2011) defendem que a investigação sobre os usos regionais de animais contribui para que a fauna silvestre seja devidamente valorizada não só do ponto de vista ecológico, mas também econômico e social. Além disso, essas investigações fornecem subsídios para a implementação de gerenciamento ambiental e conservação das espécies. Essas ações devem ser fundamentadas numa realidade social, adequadas à sobrevivência das populações humanas, suas práticas culturais e alinhadas à manutenção das populações da fauna silvestre.

A conexão entre seres humanos e animais envolve uma relação predatória e simbiótica que vem permanecendo ao longo do tempo (Alves & Souto, 2010). Entre as interações humanos e animais, podem ser destacadas as relações associadas à cadeia alimentar (Emidio-Silva, 1998). Nesse caso, o uso dos animais é direcionado para alimentação humana (Alves et al., 2009, 2010a; Emidio-Silva, 1998). Uma das formas empregadas pelos humanos para acessar esses recursos é a caça. Apesar da intensificação de ações e medidas de proteção e proibição em inúmeros países, a caça é praticada por diversas populações humanas com diferentes finalidades (Alves et al., 2009, 2010a).

Entre os vários recursos faunísticos existentes, os mamíferos se destacam como um dos grupos que apresenta maior interesse cinegético (Melo, 2013; Pereira & Schiavetti, 2010; Silva-Neto, 2013). Isso acontece devido as espécies possuírem maior volume corporal e, conseqüentemente, oferecerem maior quantidade de carne na relação custo benefício. Partindo do princípio de que as presas serão utilizadas para alimentação, comparando com espécies de outros táxons. Tais características aumentam a importância dos mamíferos como alvo de caça (Barrerabassols & Toledo, 2005; Trinca & Ferrari, 2006; Barbosa et al., 2011). O que reflete em medidas específicas de proteção ou ainda mais adiante, de manejo adequado ou sustentável.

Atualmente, são reconhecidas 5.488 espécies de mamíferos no mundo (IUCN, 2013), distribuídas de forma bem diversificada em diferentes habitats, desde terrestres a aquáticos. No Brasil, ocorrem mais de 700 espécies (Reis et al., 2011; Paglia et al., 2012), elevando o país ao status de detentor de maior diversidade de mamíferos do mundo. Este número considerável é resultante das ricas formações vegetais presentes no Brasil, o que faz com que a mastofauna brasileira seja bastante diversificada (Cáceres et al., 2008).

Infelizmente, 110 espécies de mamíferos terrestres ocorrentes no Brasil se encontram com algum grau de ameaça de extinção (MMA, 2016). Os registros atuais sobre a mastofauna de Sergipe incluem espécies com algum grau de ameaça (MMA, 2016; IUCN, 2016), entre elas *Bradypus torquatus* (VU), *Callicebus coimbrai* (EN), *Sapajus xanthosternus* (CR), *Leopardus emiliae* (VU), *Puma concolor* (VU), *Herpailurus yagouaroundi* (VU) e *Chaetomys subspinosus* (VU) (Chiarello et al., 2008; Rocha et al., 2017; Chagas et al., 2009; Chagas et al., 2010; Beltrão-Mendes et al., 2011; Dias et al., 2017; Oliveira, et al., 2005).

A fauna silvestre é comumente utilizada para diversas finalidades nas atividades humanas, desde alimentação, uso terapêutico, atividades culturais, comércio (animais vivos, partes deles ou subprodutos para diversos fins) e, possivelmente, uma vasta combinação destes usos (Bennett & Robinson 1999; Medeiros, 2001; Pianca, 2004; Rocha et al., 2006; Trinca & Ferrari, 2006). Todavia, os mamíferos também são de fundamental importância na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. A mastofauna participa de diferentes processos ecológicos atuando desde o controle populacional de suas presas, à constante regeneração das matas, através da polinização e dispersão de sementes (Abreu Jr & Köhler, 2009; Robinson & Redford, 1986). Algumas espécies vegetais dependem especificamente dos mamíferos para a dispersão de suas sementes

(Tonhasca Jr, 2005). Além disso, existem espécies que atuam como bioindicadoras, revelando o bom ou mal estado de preservação do local em que ocorrem (Mazzolli, 2006).

A caça, no entanto, não constitui a única ameaça que pode acarretar prejuízos a biodiversidade e aos mamíferos. Atualmente, a sobre-exploração da fauna silvestre aliada, principalmente, à intensa perda das porções florestais e transformações de seu habitat natural, resultantes de atividades humanas, traduzem um problema em nível mundial (Costa et al., 2005; Chiarello et al., 2008; Milner-Gulland et al., 2003; Gouveia et al., 2017). A sobre-exploração se estabelece como uma das principais ameaças não só à biodiversidade, como também às populações humanas. Tradicionais ou não, essas populações dependem da fauna para adquirir alimentos, recursos econômicos ou serviços ecossistêmicos, a exemplo da polinização (Barrera Bassols & Toledo, 2005; Chiarello et al., 2008; Kunz et al., 2011; Milner-Gulland et al., 2003; Santos-Fita & Costa-Neto, 2007).

1.1. Histórico da população da área de estudo

O município de Santa Luzia de Itanhy está localizado na região litoral sul-sudeste do estado de Sergipe, distante 86 km da capital de Sergipe, Aracaju. O município compreende uma das povoações mais antigas do mencionado estado de Sergipe. É margeado pelo estuário dos rios Indiaroba, Piauí e Piauitinga, tendo como municípios limítrofes Indiaroba ao sul, Umbaúba a sudoeste, Itabaianinha e Arauá a oeste e noroeste, e Estância a norte. Sua área é de 336,2 km², correspondendo a 1,53% do Estado de Sergipe, com população de 12.969 habitantes, sendo uma pequena parte localizada na área urbana (2.563) e a maioria na zona rural (11.194), com uma densidade demográfica de 39,81 hab./km², segundo o IBGE (2010).

Várias regiões litorâneas do Nordeste Brasileiro tiveram em sua história forte presença de trabalhadores escravizados na época colonial, situação também verificada em Santa Luzia do Itanhy. O principal estímulo para a colonização do território pelos portugueses foi o cultivo da cana e a produção de açúcar, já que a geografia do local era propícia para tais culturas agrícolas. No local viviam os Tupinambás, cujo território foi colonizado de forma violenta pelos portugueses (Dantas, 1991 *apud* Graça, 2014). Sua conquista e ocupação estiveram diretamente ligadas à necessidade de expansão das fazendas canavieiras de Pernambuco e Bahia (Marcon & Bonfim, 2009).

A região de Santa Luzia do Itanhy abrigou vários engenhos e usinas de açúcar durante a época escravocrata e início do século XX. Esses engenhos, dentre eles nomeados: São Félix, Castelo, São José, Sagüim, Cedro, Priapú, Palha, Pau Ferro, entre outros, se localizavam próximos a povoados que hoje formam a comunidade quilombola Luziense. Os povoados da comunidade quilombola estão localizados em áreas próximas aos rios e mangues. A sede do município está localizada a poucos quilômetros de distância destes povoados (Marcon & Bonfim, 2009).

A economia local de Santa Luzia do Itanhy esteve historicamente ligada às culturas de subsistência, principalmente a produção de farinha de mandioca, destinada ao consumo local e ao consumo de outras localidades de Sergipe, da Bahia e de parte de Pernambuco. Paralelo a esta economia estiveram o gado e a cana-de-açúcar. A cana, na segunda metade do século XVIII, assumiu um papel importante na economia do município no chamado renascimento da cultura canavieira no nordeste do Brasil. A partir desse momento, a cana-de-açúcar promoveu uma intensa movimentação na economia local. Em meados do século XIX, o município chegou a ter mais de 60 engenhos, onde os escravos atuavam como a principal mão de obra utilizada, assim como em quase todo o estado de Sergipe na mesma época (Mott, 1986 *apud* Marcon & Bonfim, 2016).

Alguns destes antigos engenhos se transformaram em usinas durante a virada do século XIX para XX. Mas, com a crise da indústria açucareira no nordeste brasileiro e em especial em Sergipe, nos anos 60, houve o fechamento destas usinas. Concomitantemente, houve um complexo, e pouco estudado, processo de migração de trabalhadores e famílias da região, embora muitos tenham permanecido ali. Os trabalhadores remanescentes se deslocaram para as áreas mais próximas da maré ou áreas vizinhas, ou ainda dentro das antigas fazendas (Marcon & Bonfim, 2009).

Com a decadência do açúcar, os donos dos antigos engenhos investiram na extração da madeira do mangue e na plantação de coco, ao passo em que outros investiram em gado e agricultura, reconfigurando a economia e a movimentação de riqueza do município entre alguns proprietários (Marcon & Bonfim, 2016). Atualmente, a pesca artesanal é a principal atividade econômica das localidades ribeirinhas, em que se destacam o aratu, o caranguejo, mexilhões e diversas espécies de peixes (INCRA, 2009). Além disso, o município tem parte de sua economia apoiada na agricultura, principalmente exercida em pequena escala, baseada em mandioca, coco e laranja.

As comunidades existentes em Santa Luzia do Itanhy atualmente estão vinculadas territorialmente a uma paisagem complexa que conjuga a maré, o rio, o mangue e remanescentes locais de mata atlântica (Marcon & Bonfim, 2016). Segundo Santos (2009), o município apresenta um número considerável de fragmentos florestais em bom estado de conservação em Sergipe. Os remanescentes florestais existentes em Santa Luzia do Itanhy compreendem formações vegetais de floresta ombrófila semidecidual, pertencentes ao bioma Mata Atlântica, em estágio médio-avançado de regeneração, em meio à uma matriz dominada por pastagens (LANDIM et al., 2015).

No município, além das 4 Reservas Particulares de Patrimônio Natural, também está localizado o maior fragmento contínuo de Mata Atlântica de Sergipe, denominado “Mata do Crasto”. A Mata do Crasto é circundada, em parte, por manguezais do Rio Piauí, possui uma área de aproximadamente 900 ha compreendidos entre as fazendas Crasto e Triunfo. A Mata se situa no território de antigos engenhos, hoje atual território quilombola, foi decretada como a primeira reserva de Mata Atlântica do Estado no ano de 1989, pela portaria nº 442/89 do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, antigo IBDF. No entanto, a categoria de reserva deixou de existir, uma vez que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) fora criado nos anos 2000 e não houve adequação da Reserva da Mata do Crasto, posto que não foi inserida dentro das novas categorias criadas pelo novo decreto.

Neste contexto, busca-se por meio da pesquisa etnodirigida, descrever o conhecimento do modo de vida de determinada população e de que maneira ela está vinculada ao ambiente à sua volta. Nesse conhecimento adquirido, existe uma relação de causa e efeito em que a ação do homem interfere diretamente na qualidade do espaço em que vive (Lima, 2010). Diante disso, considera-se necessário o registro do conhecimento dos moradores das comunidades do entorno de um conjunto de RPPN localizadas no município de Santa Luzia do Itanhy, litoral sul de Sergipe, quanto aos usos dos recursos da fauna.

A hipótese básica do presente estudo é de que existe, nas comunidades locais do entorno das RPPN, um elevado conhecimento acerca dos recursos faunísticos locais. Além disso, acredita-se que este conhecimento é mantido principalmente pelos moradores mais velhos. Sendo assim, o registro das práticas locais não implica somente na identificação das espécies e seus respectivos usos, como também na valorização do conhecimento local e popular (Lima, 2010). Como expectativa final, pretende-se suprir

parte da carência de estudos etnozoológicos que tratam do conhecimento e uso de mamíferos no Brasil, evidenciando ainda mais a importância desse tipo de estudo (Alves & Souto, 2011).

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Caracterizar a atividade cinegética sobre mamíferos silvestres pela população do entorno de Unidades de Conservação particulares – Reservas Particulares do Patrimônio Natural – no município de Santa Luzia do Itanhy e suas implicações para medidas de manejo e conservação.

2.2 Específicos

- a) Identificar os moradores com conhecimento sobre atividades de cinegética na região;
- b) Identificar as espécies que estão sujeitas a essa atividade e quais os principais usos que são dados às espécies alvo;
- c) Descrever quais são as técnicas utilizadas para a captura dos animais;
- d) Identificar medidas de manejo empiricamente adotadas pelos atores locais;
- e) Propor, com base nos resultados obtidos, estratégias de manejo que podem ser adotadas para minimizar os impactos cinegéticos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Área de Estudo

A coleta foi realizada em cinco comunidades – 1) Sede de Santa Luzia do Itanhy, 2) Povoado Rua da Palha, 3) Povoado Pedra Furada, 4) Povoado Crasto e 5) Povoado Bom Viver - que se situam próximas aos fragmentos florestais que constituem as seguintes Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Marinheiro (Mata 1 e 2; 88,3 ha e 62,8 ha respectivamente), Pedra da Urça (31,1 ha), Bom Jardim (167,9 ha) e Tapera (131,41 ha), que totalizam 481,51 ha de áreas protegidas (próximas às Coordenadas 11°20'S, 37°29'W). As comunidades fazem parte do município de Santa Luzia do Itanhy (Sergipe, Brasil), distante 86 km da capital, Aracaju.

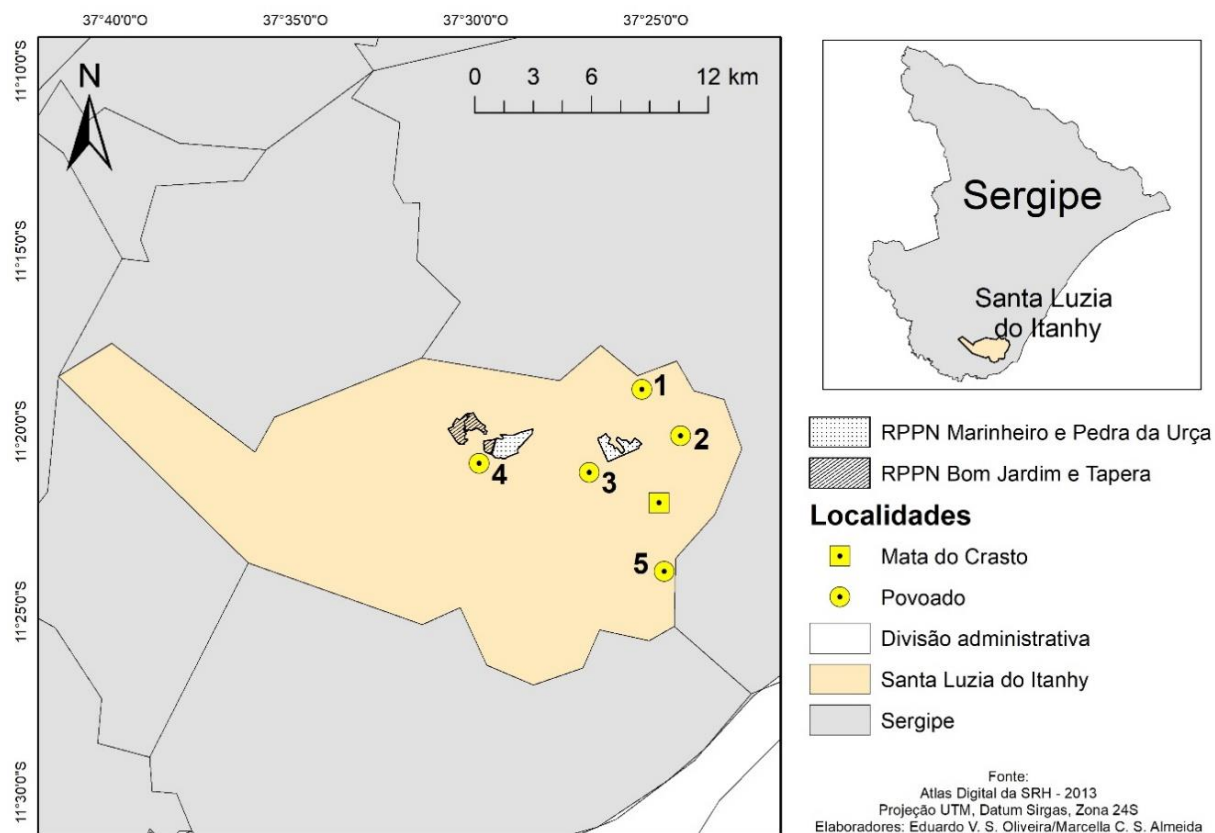


Figura 1: Localização das comunidades amostradas e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Os povoados enumerados constituem: 1) Rua da Palha, 2) Pedra Furada, 3) Sede municipal, 4) Bom Viver e 5) Povoado Crasto. Fonte: Atlas Digital da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Sergipe, 2013. Projeção UTM. Datum Sirgas, Zona 24S. Elaboradores: Eduardo V.S Oliveira e Marcella C. S. Almeida.

As comunidades citadas, com exceção da Sede do município, constituem a Comunidade Quilombola Luziense. Esta é formada por sete povoados, sendo eles: Rua da Palha, Pedra Furada, Cajazeiras, Bode, Taboa, Pedra D'Água e o Crasto. Essas localidades se distanciam entre 2 e 7 quilômetros entre si, e ocupam uma área de 8.457,8741 hectares, que corresponde a 1/4 (25,67%) da área total do município. O certificado desta comunidade foi emitido pela fundação Palmares em 12 de novembro de 2005 (Silva, 2016).

3.2 Coleta de Dados

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio de 2017 a julho de 2018. As visitas às áreas pesquisadas foram majoritariamente quinzenais. Para a coleta de dados, foram feitas visitas aos moradores que tinham ou ainda tem hábitos de caça nas comunidades estudadas, utilizando-se um conjunto de métodos complementares, conforme indicado a seguir. Os métodos que serão detalhados abaixo são: *snowball*, formulário semiestruturado e *free-listening*.

A técnica de *snowball* (bola de neve) é utilizada para a obtenção e localização de informantes (Bailey, 1982). Segundo essa técnica, um informante inicial sugere a participação de um informante chave, que o primeiro considera mais indicado para o fornecimento das informações desejadas pelo interlocutor. Essa abordagem é repetida sucessivamente, à medida em que se obtém mais entrevistados, até que aconteça a repetição dos nomes indicados (Albuquerque et al., 2010). Entre os entrevistados, foram escolhidos informantes-chave (caçadores mais experientes), selecionados pelo critério de “especialistas nativos”, que são aquelas pessoas que se autorreconhecem e que são reconhecidas pela própria comunidade como culturalmente competentes (Hays, 1976). Para obtenção acerca do conhecimento e utilização da fauna local, as informações foram alcançadas através da aplicação de formulários semiestruturados (Apêndice A). Nesse formulário, as perguntas foram formuladas previamente, antes das atividades de campo, apresentando flexibilidade ao permitirem aprofundar elementos que podem surgir durante a entrevista, além de deixar o informante à vontade para se expressar em seus próprios termos (Albuquerque et al., 2010; Amorozo & Viertler, 2010; Huntington, 2000).

A seleção de informantes e os formulários priorizaram a busca de informações junto a moradores que caçam ou já caçaram. Os dados amostrados, conforme apêndice

A, englobam aspectos socioeconômicos, conhecimento sobre os animais silvestres locais, origem desse conhecimento, formas de usos e percepção dos informantes quanto ao uso e proteção dos recursos naturais, sendo este último aspecto não abordado nos objetivos do presente trabalho. Buscando obter respostas fidedignas dos entrevistados, os primeiros contatos foram iniciados com uma conversa informal, envolvendo temas como contato com a natureza, a experiência, usos e costumes passados ao longo das gerações, podendo inclusive detalhar o sabor da carne de alguns animais silvestres. Conforme o desenvolvimento da conversa, as perguntas do formulário iam sendo desenvolvidas. De modo suplementar, para acessar o conhecimento apenas dos mamíferos, os entrevistados foram perguntados se sabiam o que são mamíferos e em seguida foram apresentados outros termos populares como “animais de pelo” e “animais que mamam”. Além disso, também foi apresentado uma série de guias de identificação contendo imagens de mamíferos com ocorrência real e possível na região (Emmons & Feer, 1997; Mittermeier et al., 2007; além de material próprio confeccionado).

A técnica *free-listening* – também chamada de conversa livre, ou livre escuta – foi feita de modo individual. Esse método consiste basicamente em solicitar aos informantes de um determinado grupo que falem (discorram livremente) sobre os itens que lhes vêm à mente diante das perguntas realizadas pelo interlocutor (Albuquerque et al., 2010; Chizzoti, 2000). Dados a respeito da fauna local, como animais utilizados, formas e técnicas de capturas, bem como os meios de utilização desses recursos faunísticos também foram temas abordados durante as conversas.

Antes de cada entrevista, os informantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Apêndice B) e foi explicado o intuito e a natureza da pesquisa. No termo, o informante concorda com a concessão e a permissão dos entrevistados para registrar as informações solicitadas. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos e apresenta Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE nº 63170816.3.0000.5546.

3.3 Análise de Dados

Os nomes vernaculares – também chamados de etnoespécies – dos mamíferos cinegéticos foram registrados como citados pelas pessoas entrevistadas e os animais foram identificados de acordo com a literatura especializada (Fonte). Os dados a respeito da caracterização do perfil dos entrevistados serão descritos ao longo dos resultados. Os dados obtidos através dos informantes sobre as inter-relações com a fauna local foram categorizados de acordo com Alves et al., (2012). Conforme esses autores, as interações desenvolvidas por humanos e recursos naturais são destinadas aos seguintes fins: alimentício, medicinal, mágico, religioso, animais de estimação (atualmente também tratado por *pet*) e relações conflituosas.

Após registrar a ocorrência das espécies, famílias e ordens de mamíferos citadas, foi utilizada a frequência de ocorrência (*FO*) para identificar aquelas mais conhecidas. Os resultados foram expressados como a porcentagem de citações apresentadas nas entrevistas.

$$FO = \frac{n}{N} * 100$$

Onde:

FO = Frequência de Ocorrência;

n = número de entrevistados que citam determinada espécie;

N = número total de entrevistados.

Também foi utilizado o método de proporção relativa de ocorrência (*PRO*) para identificar se determinada espécie é mais comum ou mais rara. Os resultados foram expressos a partir da fórmula:

$$PRO = \frac{N_{sp}}{N_T}$$

Onde:

PRO = Proporção Relativa de Ocorrência;

N_{sp} = número de citações da espécie;

N_T = número total de citações.

Nessa análise, uma espécie é considerada comum ou rara independentemente do relato dos informantes acerca dessa característica. Entretanto, independente do índice obtido nesse cálculo, a determinação da raridade foi um aspecto presente nos relatos dos informantes, uma vez que citaram espécies que ainda ocorrem na região, outras que ocorreram no passado e aquelas que ainda ocorrem, porém são difíceis de avistar e dessa forma, são tratadas, por eles, como raras.

Adicionalmente, para cada uma das espécies citadas com algum valor utilitário para o informante, foi calculado o Valor de Uso (VU) (adaptado das propostas de Phillips et al., 1994 e Rossato et al., 1999). O VU possibilitou demonstrar a importância de dada espécie, conhecida localmente, independentemente da opinião do pesquisador. O Valor de Uso foi calculado através da fórmula $VU = \sum U/n$, onde VU: valor de uso da espécie, U: número total de citações de uso por espécie, e n: número de informantes. O cálculo de Valor de Uso deve ser observado com cuidado, pois quando se analisa uma espécie pouco ou raramente citada, a mesma pode apresentar alto valor de uso, caso tenha sido atribuído um grande número de usos por um ou poucos informantes (ver Silva et al., 2010 para detalhes). O cálculo do índice, nesse caso, superestima o valor da espécie, pois a mesma pode ter várias indicações de usos documentados por informantes distintos ou apresentar vários usos indicados apenas por uma pessoa (Silva et al., 2010; Albuquerque et al., 2006).

Foi calculada, também, a proporção relativa de uso (*PRU*) para identificar espécies com maior e menor uso, descrito pelos informantes, em relação às demais espécies. Os resultados foram expressos a partir da fórmula $PRU = C_{sp}/C_T$, onde C_{sp} = total de citações de uso de cada espécie e C_T = total de citações de uso de todas as espécies.

Por fim, para analisar o efeito da escolaridade e o efeito da atividade de caça no conhecimento da mastofauna cinegética, separamos dois grupos de informantes (por efeito). Para analisar o efeito escolaridade, o primeiro grupo é constituído pelos entrevistados sem instrução (sem qualquer grau de escolaridade). O segundo grupo é constituído pelos informantes com qualquer grau de instrução (qualquer grau de escolaridade). Para analisar o efeito da atividade de caça, separamos um primeiro grupo constituído por entrevistados que ainda realizam atividade cinegética e o segundo grupo por informantes que não realizam mais a atividade.

Feito isso, realizamos uma análise de variância multivariada, o Escalonamento Multidimensional Não-Métrico (NMDS) utilizando como medida de similaridade, o

índice de Jaccard (dado qualitativo de presença e ausência), considerando as espécies como variáveis. Estas análises foram processadas separadamente no software *Past*. Outros tratamentos estatísticos possíveis envolvendo efeito do gênero e/ou idade sobre o conhecimento das espécies cinegéticas não foram realizados, pois não obtivemos informações suficientes.

4. RESULTADOS

Foram entrevistados 16 indivíduos, sendo estes 10 ex-caçadores e 6 caçadores, onde obtivemos 322 citações, com um total de 32 espécies distribuídas em 8 ordens e 18 famílias (Tabela 1). As ordens que mais receberam citações ($FR \geq 15\%$) foram Rodentia (25,7%), Carnivora (24,8%) e Cingulata (17,3%) (Figura 2). Do total das espécies citadas, 30 foram enquadradas, pelos informantes, em pelo menos um uso dentre as categorias citadas na seção de métodos. As espécies *Bradypus variegatus* Schinz, 1825 e *Myrmecophaga tridactyla* Linnaeus, 1758 foram retiradas da amostragem por não apresentarem distribuição geográfica para a região de estudo de acordo com a literatura especializada.

Tabela 1: Mamíferos silvestres citados pelos informantes residentes nas comunidades de Santa Luzia do Itanhhy.

TAXON	NOME COMUM	FA ¹	FO ²	PRO ³	VU ⁴	PRU ⁵
Ordem: Didelphidae		19				
Família: Didelphidae						
<i>Didelphis albiventris</i> Lund, 1840	Saruê-orelha-branca	11	0,69	3,42	0,25	1,42
<i>Didelphis aurita</i> Wied-Neuwied, 1826	Saruê-orelha-preta	8	0,50	2,48	0,25	1,42
Ordem: Cingulata		56				
Família: Dasypodidae						
<i>Cabassous unicinctus</i> Linnaeus, 1758	Tatu-rabo-de-couro/Tatu do rabo mole	16	1,00	4,97	1,19	6,74
<i>Dasypus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu-verdadeiro/Tatu-galinha	16	1,00	4,97	1,06	6,03
<i>Dasypus septemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatuí/Tatu-china	9	0,56	2,80	0,63	3,55
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu-peba	16	1,00	4,97	1,00	5,67
Ordem: Pilosa		24				
Família: Bradypodidae						
<i>Bradypus torquatus</i> Illiger, 1811	Preguiça-com-coleira	13	0,81	4,04	0,25	1,42
Família: Myrmecophagidae						
<i>Tamandua tetradactyla</i> (Linnaeus, 1758)	Tamanduá-mirim	10	0,63	3,11	0,50	2,84
Ordem: Lagomorpha		5				
Família: Leporidae						
<i>Sylvilagus brasiliensis</i> (Linnaeus, 1758)	Tapiti	5	0,31	1,55	0,31	1,77
Ordem: Primates		28				
Família: Pitheciidae						
<i>Callicebus coimbrai</i> Kobayashi & Langguth, 1999	Guigó	16	1,00	4,97	0,50	2,84
Família: Callitrichidae						
<i>Callithrix jacchus</i> (Linnaeus, 1758)	Saguim/Sagui	12	0,75	3,73	0,38	2,13

Ordem: Carnivora		56					
Família: Felidae							
<i>Leopardus emiliae</i> Thomas, 1914	Gato-do-mato	4	0,25	1,24	0,06	0,35	
<i>Leopardus pardalis</i> Linnaeus, 1758	Jaguaritica	6	0,38	1,86	0,13	0,71	
<i>Herpailurus yagouaroundi</i> (É. Geoffroy, 1803)	Gato-marisco/ Marisco	9	0,56	2,80	0,13	0,71	
<i>Puma concolor</i> Linnaeus, 1771	Suçuarana	13	0,81	4,04	0,19	1,06	
<i>Panthera onca</i> (Linnaeus, 1758)	Onça-pintada/	4	0,25	1,24	0,06	0,35	
Família: Canidae							
<i>Cerdocyon thous</i> Linnaeus, 1766	Raposa	10	0,63	3,11	0,63	3,55	
Família: Mustelidae							
<i>Lontra longicaudis</i> (Olfers, 1818)	Lontra	10	0,63	3,11	0,56	3,19	
<i>Eira barbara</i> Linnaeus, 1758	Papa-mel	3	0,19	0,93	0,19	1,06	
<i>Galictis vittata</i> (Schreber, 1776)	Furão	7	0,44	2,17	0,44	2,48	
Família: Procyonidae							
<i>Procyon cancrivorus</i> (F. Cuvier, 1798)	Mão- pelada/Guaxinim	14	0,88	4,35	0,94	5,32	
Ordem: Rodentia		83					
Família: Cuniculidae							
<i>Cuniculus paca</i> (Linnaeus, 1766)	Paca	14	0,88	4,35	0,94	5,32	
Família: Caviidae							
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> Linnaeus, 1766	Capivara	14	0,88	4,35	0,94	5,32	
<i>Galea spixii</i> (Wagler, 1831)	Preá	9	0,56	2,80	0,56	3,19	
Família: Dasyproctidae							
<i>Dasyprocta prymnolopha</i> Wagler, 1831	Cutia	16	1,00	4,97	1,13	6,38	
Família: Erethizontidae							
<i>Coendou prehensilis</i> (Linnaeus, 1758)	Coendou-branco	14	0,88	4,35	1,19	6,74	
<i>Chaetomys subspinosus</i> (Olfers, 1818)	Ouriço-preto/ Luiz-cacheiro	16	1,00	4,97	1,50	8,51	
Ordem: Cetartiodactyla		27					
Família: Cervidae							
<i>Mazama gouazoubira</i> Fisher, 1814	Veado bodinho, veado catingueiro	12	0,75	3,73	0,75	4,26	
Família: Tayassuidae							
<i>Pecari tajacu</i> Linnaeus, 1758	Caititu ^a	12	0,75	3,73	0,81	4,61	
<i>Tayassu pecari</i> Link, 1795	Queixada ^b	3	0,19	0,93	0,19	1,06	

¹ – Frequência Absoluta; ² – Frequência de Ocorrência; ³ – Proporção Relativa de Ocorrência; ⁴ – Valor de Uso; ⁵ – Proporção Relativa de Uso.

*a e b: Espécies citadas como localmente extintas pelos informantes.

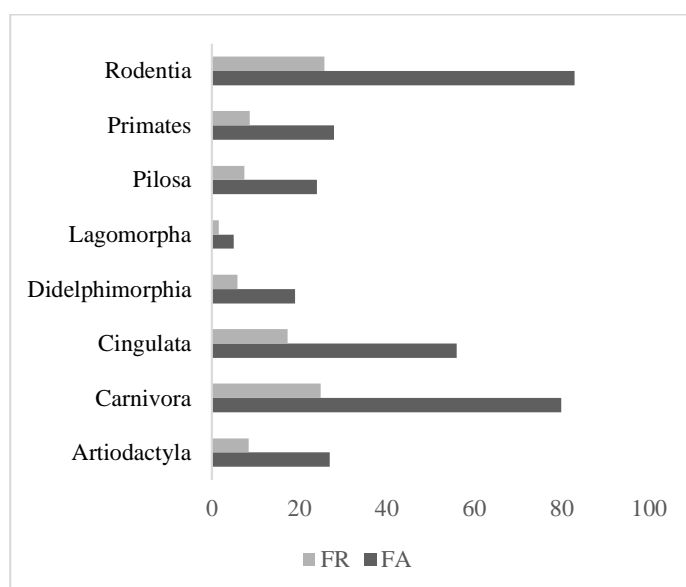


Figura 2: Frequência absoluta e relativa das espécies citadas distribuídas de acordo com o táxon de ordem.

Entre as espécies citadas, algumas são atualmente consideradas em algum grau de ameaça de extinção, segundo o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e a IUCN *Red List*, como Quase ameaçada: Lontra (*Lontra longicaudis*) (Olfers, 1818); Vulnerável: Preguiça-com-coleira (*Bradypus torquatus* Illiger, 1811), Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus* (Olfers, 1818), Gato-do-mato (*Leopardus emiliae* (Thomas, 1914), Gato-marisco (*Herpailurus yagouaroundi* (É. Geoffroy, 1803), Onça-pintada (*Panthera onca* Linnaeus, 1758), Suçuarana (*Puma concolor*) (Linnaeus, 1771) e Queixada (*Tayassu pecari* Link, 1795); Em perigo: Guigó (*Callicebus coimbrai* Kobayashi & Langguth, 1999).

Com relação ao perfil dos informantes (Apêndice C), dentre os 16 entrevistados, 2 são mulheres e 14 são homens. A idade dos entrevistados variou entre 23 e 91 anos. A maioria dos entrevistados (n=11) mora na região de estudo desde que nasceu. Quanto à escolaridade, a maioria dos informantes (n=10) não apresenta grau algum de escolaridade. Muitos (n=8) apresentam renda salarial menor ou igual a um salário mínimo. De acordo com dados do IBGE (2010), 56,6% da população apresenta renda de até meio salário mínimo. Quanto ao estado civil dos entrevistados, a maioria dos entrevistados (n=14) é casada. Quanto à profissão dos mesmos, a maioria (n=9) é aposentado. Segundo dados do IBGE (2016), apenas 839 pessoas na cidade de Santa Luzia do Itanhhy exercem trabalhos formais.

Quando questionado aos informantes acerca do exercício de caça, a maioria respondeu que não realizava mais a atividade (n=10). Quanto à existência de caça na região, a maioria informou que sabia da ocorrência da mesma (n=11) para fins de consumo e lazer, além de fatores como falta de alternativa ao consumo de proteína animal ou pelo sabor das “carnes de caça”. A maioria dos entrevistados (n=5), quando questionados a respeito da origem do conhecimento sobre a utilização dos mamíferos, respondeu que aprenderam com o pai. A maior parte dos informantes (n=11) declarou a Mata do Crasto como local de caça e a estratégia de caça utilizada por todos foi a caça com cachorro, espera, além de armadilhas.

As espécies citadas mais conhecidas entre os informantes ($FO \geq 70\%$) (Tabela 1), foram: Tatu-rabo-de-couro/Tatu do rabo mole (*Cabassous unicinctus* Linnaeus, 1758), Guigó (*Callicebus coimbrai* Kobayashi & Langguth, 1999), Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) (Olfers, 1818), Coendou-branco (*Coendou prehensilis*) (Linnaeus, 1758), Paca (*Cuniculus paca*) (Linnaeus, 1766), Cutia (*Dasyprocta prymnolopha* Wagler, 1831), Tatu-verdadeiro/ Tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) (Linnaeus, 1758), Tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*) (Linnaeus, 1758), Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris* Linnaeus, 1766), Veado-bodinho/Veado-galheiro (*Mazama gouazoubira* (Fisher, 1814), Caititu (*Pecari tajacu* Linnaeus, 1758), Mão-pelada/Guaxinim (*Procyon cancrivors*) (F. Cuvier, 1798) e Suçuarana (*Puma concolor* Linnaeus, 1771).

Dentre as espécies citadas como comuns de acordo com o índice ($PRO \geq 4$) foram: *Bradypus torquatus* Illiger, 1811, *Cabassous unicinctus* Linnaeus, 1758, *Callicebus coimbrai* Kobayashi & Langguth, 1999, *Chaetomys subspinosus* (Olfers, 1818), *Coendou prehensilis* (Linnaeus, 1758), *Cuniculus paca* (Linnaeus, 1766), *Dasyprocta prymnolopha* Wagler, 1831, *Dasypus novemcinctus* (Linnaeus, 1758), *Euphractus sexcinctus* (Linnaeus, 1758), *Hydrochoerus hydrochaeris* Linnaeus, 1766, *Procyon cancrivors* (F. Cuvier, 1798) e *Puma concolor* Linnaeus, 1771. Dentre as espécies citadas como raras de acordo com índice ($PRO \leq 2$) foram: *Eira barbara* Linnaeus, 1758, *Leopardus emiliae* Thomas, 1914, *Leopardus pardalis* Linnaeus, 1758, *Panthera onca* (Linnaeus, 1758), *Sylvilagus brasiliensis* (Linnaeus, 1758) e *Tayassu pecari* Link, 1795.

Os Valores de Uso das espécies variaram de 0,06 a 1,50 (Tabela 1; Figura 3). Valores de Uso abaixo de 1 significa que os informantes apresentaram apenas um ou nenhum tipo de uso. Valores de Uso acima de 1 significa que os informantes citaram mais de um tipo de uso para as espécies. Entre as espécies citadas, aquela que apresentou maior

valor de uso dentre as demais foi o Luiz-cacheiro/Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus* (Olfers, 1818) (VU=1,50; PRU=8,51), o que reflete a diversidade de uso desse animal na região. Outras espécies também apresentaram VU expressivos (≥ 1), utilizadas principalmente para fins de alimentação. As principais espécies mencionadas foram *Cabassous unicinctus* (Linnaeus, 1758) (VU=1,19) (PRU=6,74), *Dasybus novemcinctus* (Linnaeus, 1758) (VU=1,06; PRU=6,03), *Coendou prehensilis* (Linnaeus, 1758) (VU=1,19; PRU=6,74), *Dasyprocta prymnolopha* (Wagler, 1831) (VU=1,13; PRU=6,38), *Euphractus sexcinctus* (Linnaeus, 1758) (VU=1; PRU=5,67).

Muitos citaram mamíferos que são exclusivamente utilizados para o consumo da carne (Tabela 1). Essas espécies foram: *Cuniculus paca* (Linnaeus, 1766) (VU=0,94; PRU=5,32), *Mazama gouazoubira* Fisher, 1814 (VU=0,75; PRU=4,26), *Tamandua tetradactyla* (Linnaeus, 1758) (VU=0,50; PRU=2,84), *Galea spixii* (Wagler, 1831) (VU=0,56; PRU=3,19), *Callicebus coimbrai* Kobayashi & Langguth, 1999 (VU=0,50; PRU=2,84). A Paca (*Cuniculus paca*) foi declarada a carne de preferência de todos os informantes, em detrimento de todas as demais espécies, devido ao seu sabor. Os felinos citados, *Leopardus pardalis* Linnaeus, 1758 (VU=0,13; PRU=0,71), *Leopardus emiliae* Thomas, 1914 (VU=0,06; PRU=0,35), *Puma concolor* (Linnaeus, 1771) (VU=0,19; PRU=1,06) e *Herpailurus yagouaroundi* (É. Geoffroy, 1803) (VU=0,13; PRU=0,71) não são normalmente destinados à alimentação ou outro tipo de uso, mas são alvo de conflitos entre os moradores locais, por atacarem criações domésticas e/ou representarem riscos para a vida das pessoas ou mesmo risco para os caçadores em suas expedições.

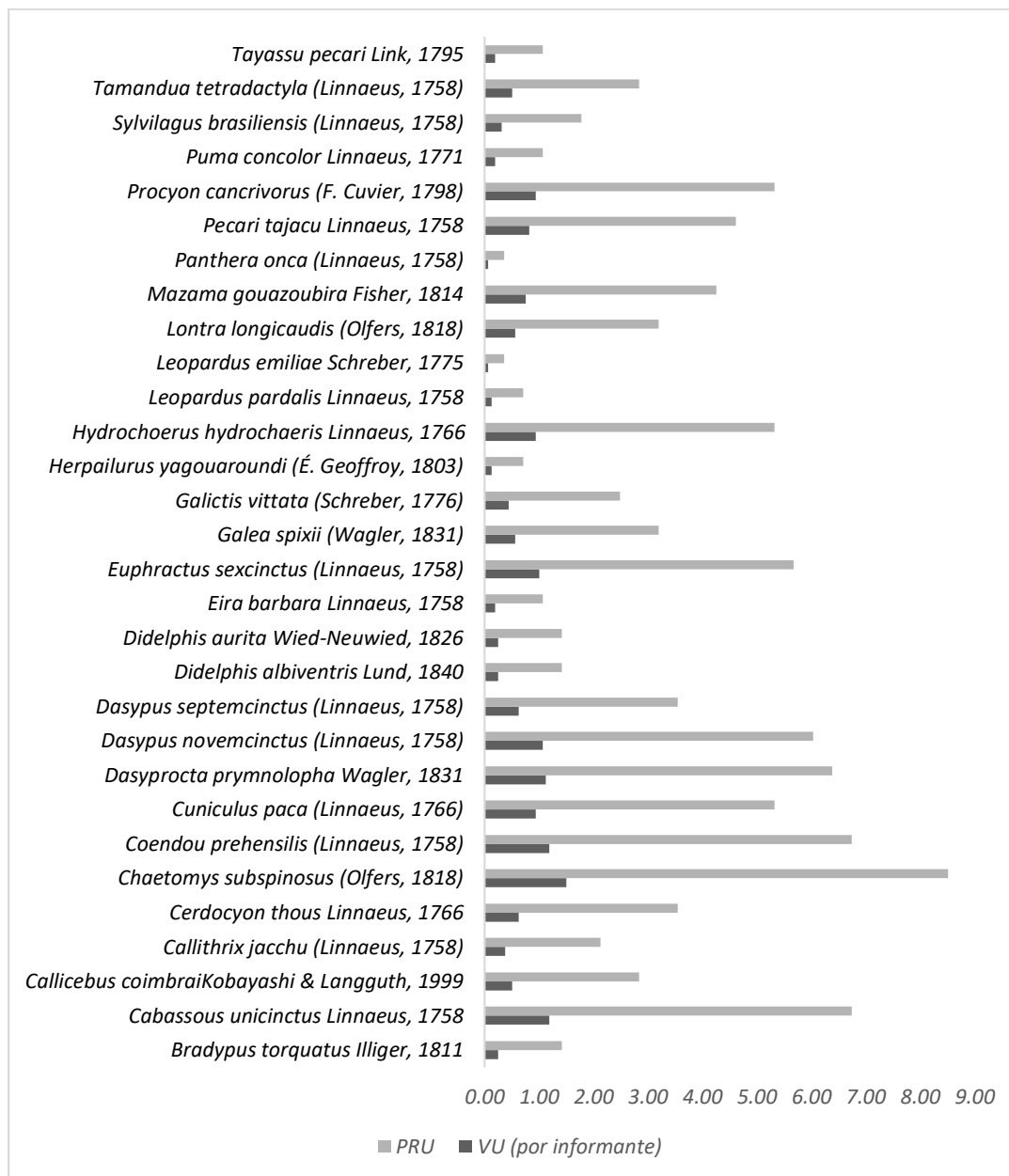


Figura 3: Valor de Uso dado por informante e Proporção Relativa de Uso entre as espécies citadas.

Registrou-se um total de 8 espécies de mamíferos utilizadas para fins medicinais (Tabela 2). As principais espécies mencionadas foram *Cabassous unicinctus* Linnaeus, 1758 (VU=1,19; PRU=6,74), *Chaetomys subspinosus* (Olfers, 1818) (VU=1,50; PRU=8,51), *Coendou prehensilis* (Linnaeus, 1758) (VU=1,19; PRU=6,74), *Dasyprocta prymnolopha* Wagler, 1831 (VU=1,13; PRU=6,38). De acordo com os entrevistados, as partes utilizadas incluem espinho, rabo, pelo e subprodutos como banha, para tratar doenças de pele, “vento ruim”, aneurisma cerebral, sífilis, bronquite e dores nas articulações. A ponta do rabo do Tatu-galinha *Cabassous unicinctus*, é utilizado para

coçar o ouvido da pessoa que é acometido por problemas auditivos. A ponta do rabo não é somente medicinal, mas também mágico, pois com ele é possível, segundo informantes, aguçar os sentidos da audição.

Foi registrado também um total de 3 espécies de mamíferos com usos mágicos (Tabela 2). Conforme mencionado anteriormente, *Cabassous unicinctus* Linnaeus, 1758 teve seu uso mágico citado. Além disso, espécies como *Chaetomys subspinosus* (Olfers, 1818) (VU=), *Dasytus novemcinctus* (Linnaeus, 1758), *Dasytus septemcinctus* (Linnaeus, 1758), *Dasyprocta prymnolopha* (Wagler, 1831) e *Coendou prehensilis* (Linnaeus, 1758) (VU=) tem pelos e espinhos utilizados para aguçar o faro dos cachorros em busca das presas e conferir proteção aos caçadores. *Procyon cancrivorus* (F. Cuvier, 1798) (VU=0,94; PRU=5,32) teve uso religioso e artesanal reportado. A pele do guaxinim é utilizada para a confecção de atabaques, instrumento sagrado presente nos cultos de terreiro de candomblé da região.

Tabela 2: Mamíferos silvestres que foram citados com um ou mais de um tipo de uso.

ESPÉCIE	ITEM	USO	PROPÓSITO
<i>Uso</i>			
<i>Procyon cancrivorus</i> (F. Cuvier, 1798)*	Pele	Religioso, Artesanal	Confecção de atabaques/ “Chamar Xangô”
<i>Cabassous unicinctus</i> Linnaeus, 1758)*	Rabo	Medicinal, Mágico	Aguçar audição, Trata problemas auditivos, Proteção
<i>Dasytus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)*	Casco	Mágico	Proteção na mata
<i>Dasytus septemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)*	Casco	Mágico	Proteção na mata
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)*	Pelo	Mágico	Proteção na mata
<i>Bradypus torquatus</i> Illiger, 1811*	Pelo	Medicinal	Tratar sífilis
<i>Cuniculus paca</i> (Linnaeus, 1766)*	Gordura	Medicinal	Tratar bronquite
<i>Dasyprocta prymnolopha</i> Wagler, 1831*	Pelo	Medicinal	Tratar dores e inchaços
<i>Coendou prehensilis</i> (Linnaeus, 1758)*	Pelo, Espinho	Medicinal/ Mágico	O pelo trata “doenças do ar ou vento ruim”, também conhecidos como derrames cerebrais. O espinho trata dores e confere proteção, além de aguçar faro dos cachorros na mata.
<i>Chaetomys subspinosus</i> (Olfers, 1818)*	Pelo, Espinho	Medicinal, Mágico	O pelo trata dores nas articulações, além de conferir proteção e

também ser utilizado para aguçar o faro dos cachorros. O espinho é utilizado para tratar doenças de pele e “vento ruim”.

Não uso

<i>Leopardus pardalis</i> Linnaeus, 1758	Relações conflituosas
<i>Leopardus emiliae</i> Thomas, 1914	Relações conflituosas
<i>Puma concolor</i> Linnaeus, 1771	Relações conflituosas
<i>Herpailurus yagouaroundi</i> (É. Geoffroy, 1803)	Relações conflituosas

*Todas as espécies citadas acima, além de terem seu uso medicinal, mágico, religioso e artesanal reportados, também são utilizadas para consumo.

Com relação às análises multivariadas, quando o conhecimento (número de espécies citadas) foi comparado entre os grupos de escolaridade e atividade de caça observou-se que não existiram diferenças significativas no número de espécies citadas ($p_{\text{escolaridade}} = 0,56$; $p_{\text{caça}} = 0,54$). As análises de similaridade demonstraram que o conhecimento acerca da mastofauna entre os informantes que possuem maior ou menor grau de escolaridade é homogêneo e que os grupos citaram basicamente as mesmas espécies (Figura 4). O mesmo acontece com o grupo dos que não praticam mais a atividade de caça e o grupo daqueles que ainda realizam a atividade. A ordenação de composição por NMDS indicou que o conhecimento da mastofauna cinegética também não é afetado pelo fator atividade de caça (Figura 5).

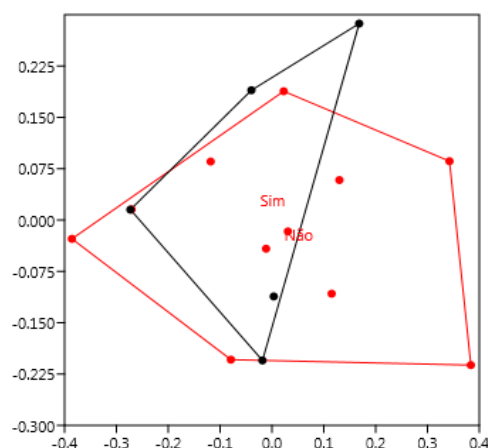


Figura 4: Escalonamento Multidimensional Não-Métrico (NMDS) sobre o conhecimento das espécies cinegéticas de acordo com o grupo escolaridade. Em vermelho, está representado os informantes que não possuem grau algum de escolaridade, enquanto, os que possuem, estão representados pela cor preta. O estudo foi desenvolvido nas comunidades do município de Santa Luzia do Itanhhy, nos meses de maio de 2017 a julho de 2018.

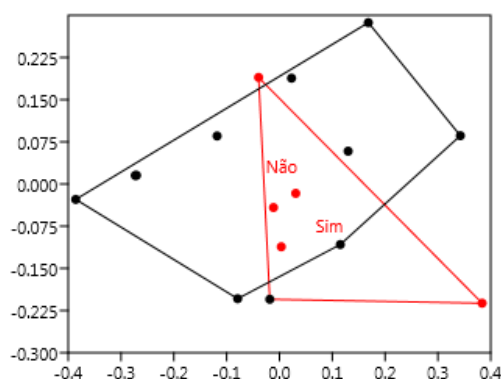


Figura 5: Escalonamento Multidimensional Não-Métrico (NMDS) sobre o conhecimento das espécies cinegéticas de acordo com a atividade de caça. Em vermelho, está representado pelos informantes que não realizam mais atividades de caça, enquanto, os que ainda realizam, estão representados pela cor preta. O estudo foi desenvolvido nas comunidades do município de Santa Luzia do Itanhhy, nos meses de maio de 2017 a julho de 2018.

4.1 Caracterização da atividade de caça

Todos os entrevistados relataram que a caça se trata de uma prática antiga na área de estudo, cuja atividade também era feita por seus antecessores (pais, avôs, avós). Entretanto, alguns afirmaram perceber a diminuição dessa prática ao longo dos anos, atribuindo esse fato principalmente a dificuldade em encontrar os animais, a atuação de órgãos fiscalizadores como o IBAMA e a falta de interesse pela caça por parte dos mais jovens atualmente. Todos os informantes possuíam conhecimento sobre a biologia e ecologia das espécies cinegéticas, a respeito do ciclo de vida, número de filhotes, época

reprodutiva, preferência alimentar, locais de encontro, comportamento e vocalizações. Na presente pesquisa, também foi possível inferir, através dos relatos, que os homens e as mulheres estão envolvidos nas atividades de pré e pós-caça, onde os homens são responsáveis por buscar e abater os animais, enquanto as mulheres são encarregadas da preparação dos alimentos.

Outro aspecto informado pelos entrevistados foi que evitam caçar – quando conseguem distinguir – filhotes, fêmeas e fêmeas com seus filhotes. Também foi citado pelos informantes que evitam caçar as preguiças-com-coleira (*Bradypus torquatus*), pois quando esse animal é abatido, leva a mão onde foi atingido pelo projétil (bala). O comportamento da morte, segundo os relatos, por ser similar ao dos seres humanos, causa repulsa e medo nos caçadores.

Na área estudada, as técnicas de caça/captura citadas foram a caça com cachorro, a caça de espera e armadilhas. A caça de cachorro consiste na busca de animais com o auxílio de cães. No decorrer da procura, o caçador percorre trilhas previamente conhecidas ao mesmo tempo em que os cães, vão à frente e forrageiam a área para localizar as presas. De modo geral o cão de caça dos moradores entrevistados não é de raça, popularmente chamado por eles de “vira-lata”. Segundo relatos dos entrevistados, alguns cães capturam a presa mordendo-a e até mesmo matando-a, porém, a maioria apenas cerca e late para chamar o dono até o local. Comumente são caçados a partir da caça de cachorro: tatu-peba, tatu-verdadeiro, tatu rabo-de-couro e tatuí.

A caça de espera é realizada com armas de fogo, a exemplo da espingarda e/ou armas artesanais (principalmente “socadeira”), onde os caçadores ficam aguardando as presas em um local decidido previamente. Segundo relato dos informantes, as esperas são montadas no alto de árvores resistentes e são chamadas de jirau. Um informante em específico informou que seu jirau era feito da madeira do jitaí, biriba ou jacarandá. A espera, de acordo com os entrevistados, traz segurança e os permite ficar defronte com a presa, somente aguardando o momento de atirar. Para atrair a presa para próximo da espera, os caçadores utilizam cevas e iscas. A escolha destas depende de qual animal será abatido. Para capturar pacas e cutias, por exemplo, os caçadores relataram utilizar milho, mandioca e fruto do dendezeiro. As cevas e iscas também são colocadas nas armadilhas. As principais armadilhas citadas pelos informantes foram o mundéu, laço, jequi e trabuco.

O mundéu consiste em uma armadilha que é montada atravessando as trilhas feitas pelos animais e reconhecidas previamente pelo caçador. A presa, ao caminhar pela trilha em busca da isca, esbarra em um dos troncos leves, desestrutura a armadilha e é esmagada pelo tronco mais pesado. O laço, por sua vez, consiste em uma corda com uma de suas extremidades amarradas em um galho flexível de uma árvore, o qual é tracionado para baixo para que outra extremidade, enlaçada com um nó de força, fique presa em uma estrutura contendo a isca. Quando a presa encosta a cabeça na estrutura para capturar a isca contida em seu interior, ela desprende a corda, que a estrangula, devido ao levantamento do galho.

Já o jequi, é semelhante a uma gaiola com formato cônico, que pode ser feita de madeira ou metal, que contém um espaço menor em sua parte posterior. De acordo com os relatos, a isca é colocada dentro da estrutura e o jequi é armado, preferencialmente, na entrada de tocas dos mamíferos de médio porte. Dessa forma, o animal entra na estrutura, fica preso e não consegue sair. É muito empregado para capturar tatus. Em contrapartida, o trabuco, também chamado de armadilha com espingarda, é feita a partir da armação de uma arma de fogo engatilhada camuflada entre arbustos e apontada para a trilha onde passa determinado animal. Essa trilha é atravessada por uma linha de nylon ou corda fina amarrado ao gatilho da arma. Quando o animal toca a linha, a arma dispara e o atinge. Quando questionado sobre o perigo dessa armadilha, um dos entrevistados falou que, qualquer pessoa, sendo caçador ou não, poderia ser atingido se não estivesse atento. É comumente utilizado para caçar pacas, cutias, raposas e veados.

Por fim, os entrevistados também relataram a presença de caçadores vindos de cidades adjacentes como Boquim, Estância e Indiaroba para realizar expedições de caça. Segundo os informantes, estes que vem de fora, montam acampamentos dentro da mata (citaram Mata do Priapu) e realizam caça por esporte. De acordo com os relatos, estes caçadores não necessitam da caça para sobreviver, uma vez que possuem boas condições de vida. Foi perceptível nos relatos, que para os caçadores de Santa Luzia do Itanhy, durante um tempo de suas vidas, foi necessário caçar para se obter alguma fonte de subsistência alimentar para si e suas respectivas famílias.

5. DISCUSSÃO

O conhecimento e uso da vida silvestre pelos seres humanos é uma prática cotidiana em muitas comunidades tradicionais e a caça representa uma das atividades mais comuns de exploração desses recursos (Silva-Neto et al., 2016). A caça se revelou como um elemento característico da cultura e costumes da região de estudo, e parece ter sido uma prática material significativa à subsistência da população local, principalmente num passado recente (entre 30-40 anos atrás). Quando analisamos as espécies de animais cinegéticos referidas neste estudo, observa-se que a maioria também foi registrada em outros estudos etnozoológicos (Alves et al., 2009; Pereira & Schiavetti, 2010; Alves et al., 2012). A preferência cinegética por mamíferos silvestres reflete uma tendência registrada em diferentes localidades (Dantas-Aguiar et al., 2011; Alves et al., 2012). Considerando a utilização de espécies da fauna silvestre na alimentação humana, Cullen-Junior (1997) e Cullen-Junior et al. (2000, 2001) demonstram que mamíferos de grande e médio porte são grupos preferenciais em áreas de fragmentos de floresta Atlântica.

Conhecendo a importância dos mamíferos como recurso cinegético, Alves et al. (2010), em trabalho realizado na Paraíba, trouxeram uma listagem dos mamíferos mais caçados na região. Os autores registraram 12 principais espécies: Mocó (*Kerodon rupestris*), Tatu-verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*), Tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), Tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*), Gato-do-mato (*Leopardus emiliae*), Gato-marisco (*Herpailurus yagouaroundi*), Raposa (*Cerdocyon thous*), Preá (*Galea spixii*), Furão (*Galictis vittata*) e Saruê de orelha branca (*Didelphis albiventris*). De acordo com os autores, todas essas espécies são utilizadas especialmente para fins alimentícios. A carne mais apreciada, segundo o depoimento dos entrevistados do presente trabalho foi a paca (*Cuniculus paca*). O abate é feito com espingarda, e o motivo de sua preferência, conforme foi dito anteriormente, está relacionado ao sabor da carne. Em outras localidades do Brasil, a paca também está sujeita a elevadas pressões de caça (Andriguetto-Filho et al., 1998; Nobre, 2007; Hanazaki et al., 2009; Pereira & Schiavetti, 2010), considerada ameaçada nos estados do Rio Grande do Sul (Marques et al., 2002), Paraná (Mikich & Bérnils, 2004), São Paulo (São Paulo, 1998) e Rio de Janeiro (Bergallo et al., 2000).

Com relação aos usos variados que podem ser destinados à fauna silvestre, os animais têm sido utilizados na alimentação, comércio, vestuário, ferramentas, ou mesmo com finalidade medicinal, ou mesmo mágico-religiosa, como foi documentado nos trabalhos de Alves & Rosa, 2006; Alves & Pereira Filho, 2007; Barbosa & Aguiar, 2012; Ferreira, 2009. O uso de animais com fins medicinais também foi observado em outros trabalhos etnozoológicos desenvolvidos no nordeste do Brasil, sendo na maioria dos casos, associado às comunidades tradicionais, comunidades rurais de baixa condição financeira ou ainda ao difícil acesso ao atendimento médico (Moura & Marques, 2008; Costa-Neto & Alves, 2010).

Preguiças e tatus tem sido documentada em diversos trabalhos, desempenhando papéis importantes na dieta, medicina, religião, cosmologia de diferentes culturas tradicionais (Stez, 1991; Silva, 1993; Marques, 1995, Costa-Neto, 2000; Ferreira et al., 2012). Em trabalho feito por Branch & Silva (1983), as autoras registraram que a banha de *Bradypus* sp. era utilizada para tratar casos de excreções vaginais, algo similar ao que foi documentado em nosso trabalho, com registro do uso do pelo para tratar sífilis. Informações sobre o estado de conservação indicam que a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) corre risco de extinção resultante do processo acelerado de fragmentação e descaracterização do seu hábitat natural, o que pode impulsionar a captura pelos caçadores, uma vez que ficam mais expostas (Costa-Neto, 2000).

Os indivíduos da família Dasypodidae, por sua vez, também tiveram seus usos alimentícios, medicinais e mágicos relatados em alguns trabalhos (Ferreira et al., 2012). Na medicina popular dos Pankararé, o tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*) tem banha, ossos e sangue utilizados para tratamento de feridas, e o tatu-verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*) tem seu casco utilizado para fazer defumador e tratar asma (Costa-Neto, 1999). Foi também relatado no trabalho de Barros et al. (2012) que o rabo do tatu verdadeiro é utilizado como haste para ouvido (popularmente conhecido por cotonete) para tratar dores de ouvido e surdez. No presente trabalho, foi documentado que o tatu-rabo-de-couro (*Cabassous unicinctus*) tem o seu rabo utilizado para este fim. De acordo com Marques (1995), o rabo é colocado no ouvido para a pessoa ouvir melhor e passar as dores. O uso tópico da cauda de tatus para tratar surdez também é muito comum no estado de Alagoas (Lages Filho, 1934 *apud* Costa-Neto, 2000). Além de ser popularmente utilizado enquanto recurso medicinal, os tatus são citados como animais de carne saborosa e, portanto, um dos mais caçados.

A paca (*Cuniculus paca*) também teve seu uso medicinal documentado em um trabalho feito para documentar usos da fauna pelas comunidades tradicionais presentes numa Reserva Extrativista no Pará. Nesse caso, utilizam da gordura para tratar doenças de pele (Barros et al., 2012; Souza et al., 2015). O Coendou-branco (*Coendou prehensilis*), juntamente com o Luiz-cacheiro (*Chaetomys subspinosus*) e Cutia (*Dasyprocta prymnolopha*) também tiveram seus usos medicinais relatados em outros trabalhos, para além do consumo (Alves et al., 2016; Costa-Neto et al., 2000; Ferreira et al., 2012; Souza et al., 2015). A partir da queima dos espinhos do Luiz-cacheiro, faz-se infusão da fumaça com a intenção de tratar “doenças do ar/vento ruim” (derrames) e dores, bem como melhorar a precisão dos cães de caça (Castilho et al., 2013). O *Coendou prehensilis* tem seus espinhos utilizados para tratar epilepsia e problemas respiratórios (Costa-Neto et al., 2000; Silva et al., 2003). Diferentemente daquilo que foi relatado nesse trabalho, em um trabalho feito por Melo (2013), ao invés de utilizar o pelo, foi observado o uso do rabo da cutia (*Dasyprocta prymnolopha*) para tratar dores.

De acordo com Alves et al. (2012) uma espécie pode ser utilizada para múltiplos propósitos, o que potencializa o seu aproveitamento. Sendo assim, mesmo que um animal seja abatido para fins de alimentação, vários produtos não comestíveis podem ser aproveitados para outras finalidades. Dessa forma, os múltiplos usos atribuídos a muitas espécies são reflexos das estratégias de otimização adotadas pelas comunidades locais que utilizam esses recursos. Neste sentido, é notável que estes múltiplos usos da fauna e seus impactos nas populações necessitam ser devidamente avaliados e tomados em consideração na elaboração de planos de recuperação para as espécies, especialmente para aquelas que são frequentemente exploradas ou se encontram em algum grau de ameaça de extinção (Alves & Rosa 2006, 2007a, b; Alves et al. 2007, 2010a). Por outro lado, os múltiplos usos também aumentam seu valor de uso e potencialmente sua vulnerabilidade à caça.

Segundo Ross (1978), uma importante parte do processo adaptativo da caça é a co-evolução das estratégias utilizadas com o tipo de animal capturado. O presente estudo indica uma variedade considerável de estratégias para a captura da mastofauna local, sendo várias delas registradas também para outras regiões do Brasil (Almeida et al. 2002, Cajaíba et al., 2015; Fernandes-Ferreira, 2011; Figueiredo & Barros, 2016; Pessoa et al., 2013; Pereira & Schiavetti, 2010). A arma de fogo se constitui como uma das técnicas de caça, e também é comum em outras localidades (Almeida et al. 2002). Sua ampla

utilização predomina devido ao seu potencial letal ser maior que qualquer outra técnica, além de servir como defesa, caso aconteça algum imprevisto durante as atividades de caça (Fernandes-Ferreira, 2014).

Outra técnica utilizada pelos informantes é a caça com cães, que pode ser praticada individualmente ou em grupo, sendo amplamente registrada também para outras regiões do Brasil (Trinca 2004; Alves et al., 2009; Fernandes-Ferreira, 2014). Porém, em uma perspectiva conservacionista, essa estratégia traz prejuízos à fauna, uma vez que o cão não é seletivo para a caça, podendo matar fêmeas grávidas ou indivíduos jovens, levando as populações ao declínio (Koster, 2008). O mesmo autor acrescenta que as taxas de encontro e a rentabilidade dos tipos de presas podem variar significativamente em caçadas com e sem cachorro, assim é possível que a composição das espécies capturadas varie entre os caçadores com e sem cães.

O uso do jequi e do mundéu para a captura da mastofauna também foi observado nos trabalhos de Fernandes-Ferreira (2014) e Almeida et al. (2002). Segundo os moradores de Santa Luzia do Itanhhy, um mesmo animal pode ser capturado por meio de diversas armadilhas. Os tatus, por exemplo, são capturados com quase todas as estratégias apresentadas no presente trabalho, fato que pode aumentar a pressão de caça sobre estes animais. A escolha da estratégia a ser usada implica no conhecimento que os caçadores detêm a respeito da vegetação, bem como ecologia e biologia das presas (Alves et al. 2009). Estudos prévios, como Alves & Nishida (2003), têm demonstrado que o conhecimento detalhado sobre os recursos explorados, características e hábitos animais constituem um fator fundamental para o sucesso da captura dos mesmos.

Conforme foram apresentados índices no tópico anterior, algumas informações não tem o seu valor expresso em um índice quantitativo. Um exemplo disso é quando tratamos a respeito de espécies como *Pecari tajacu* (Linnaeus, 1758) chamado de Caititu e *Tayassu pecari* (Link, 1795) popularmente chamado de Queixada pelos informantes. Estes relataram o desaparecimento dessas espécies em uma escala temporal (± 30 -40 anos), que coincide com a introdução das pastagens na região de Santa Luzia do Itanhhy em virtude da crise canavieira.

De acordo com Freire (1977), em meados do século XX, Sergipe iniciou um novo período de expansão da pecuária e das pastagens. Em Santa Luzia do Itanhhy, esse novo

período se processou gradativamente, após a crise da cana de açúcar que se consolidou na década de 1960, houve a substituição dessa atividade pelo aumento expansivo da pecuária e da cocoicultura. A partir de 1980, ocorreu também a implantação da citricultura, como uma forma de reduzir os impasses gerados pela queda da produção de cana de açúcar. Todos os informantes, exceto o mais novo (23 anos), relataram que os remanescentes florestais – atualmente fragmentados – existentes em Santa Luzia do Itanhy formavam uma única mata, que foi rapidamente desmatada com o avanço das pastagens na região.

Os entrevistados percebem que existem alterações na composição da fauna local e atribuem o fato ao desmatamento, intensificado na época do fim do ciclo canavieiro seguido da implantação da pecuária. A caça, por sua vez, também pode ser particularmente favorecida pela fragmentação das florestas e ser uma causa secundária ao declínio das populações (Cullen-Jr et al., 2000). Segundo Conceição (2011), ao longo do período de 1970-1995 foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária em Sergipe, e na ocupação da fronteira agrícola. Assim, enquanto as áreas de pastagens e de lavoura se expandiram, as matas foram reduzidas e fragmentadas. Segundo Redford (1992), a perda de hábitat e a caça têm sido consideradas as principais razões da diminuição de populações e extinção de espécies. Assim, as concepções apontadas pelas populações locais corroboram, em parte, com a afirmativa deste último autor.

A caça se configura como caso particular de conflito entre a proteção ambiental e o universo cultural e social da região de estudo. Embora pouco se possa falar, a partir dos dados disponíveis no presente estudo, a respeito de seus impactos sobre a dinâmica das populações da mastofauna local. Com base na dicotomia, entre o direito de usar e a necessidade de conservar os recursos naturais, foram criadas no Brasil, estratégias que direta ou indiretamente promovem a conservação da fauna silvestre. Dentre elas, a Lei de Proteção à Fauna (Nº 5.197 de janeiro de 1967) e a Lei Federal de Crimes Ambientais (Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998), que conceituam a caça como crime inafiançável, com exceção dos casos de extrema necessidade alimentar ou em Terras Indígenas (por índios).

O controle da caça padece de alguns problemas que incluem a fragilidade das instituições ambientais, a complexidade do sistema jurídico, a desconsideração às

tradições e especificidades locais e uma gestão que apenas recentemente começa a ter caráter participativo (Andriguetto-Filho, 1993). De acordo com Fonseca et al. (2017), a ausência de uma definição legal e a dificuldade de compreensão da complexidade do tema fazem com que as formas distintas de caça (furtiva, comercial, sanguinária, de controle, científica, esportiva e a de subsistência) sejam tratadas como se fossem a mesma coisa, como vem sendo feito na esfera do Congresso Nacional atualmente. No entanto, todas elas carecem de conceituação legal adequadamente fundamentado pelo conhecimento técnico-científico existente. A generalização do tema pode nos levar a equívocos, como por exemplo aceitar que a caça de subsistência ou mesmo a científica, realizadas em caráter não predatório e com base em critérios claros de manejo que considerem a conservação das espécies animais e a boa qualidade do ecossistema, sejam abominados por critérios subjetivos, dependendo do ponto de vista do tomador de decisão.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985/2000 – SNUC também estabelece que as Unidades de Conservação de uso sustentável, tais como Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e subsidiariamente as Florestas Nacionais (Flona) têm como um dos objetivos assegurar os modos de vida tradicionais e o acesso ao uso de recursos naturais pelas famílias que ali vivem. Em Sergipe, entre as categorias de unidade de conservação citadas anteriormente, existe apenas uma Floresta Nacional (do Ibura).

O estado de Sergipe, até o presente momento, possui vinte e três UC, garantindo a conservação de 119.311,25 ha, das quais oito pertencem ao grupo de Proteção Integral (24.251,01 ha) e 13 são de Uso Sustentável (96.060,24 ha) (Tabela 3). Entre essas, 15 são federais (24.340,83 ha), 4 estaduais (94.515,91 ha), 3 municipais (454,51 ha) e 10 privadas (1.400,15 ha). Em uma análise feita sobre as unidades de conservação em Sergipe, Gomes et al. (2006) verificou uma inadequação das mesmas e mencionou a necessidade de mecanismos mais efetivos de gestão a fim de alcançar os objetivos para os quais foram criadas. A ausência de plano de manejo na maioria das UC de Sergipe (Tabela 3) evidencia a deficiência dos mecanismos de gestão, embora não garanta a inexistência de mecanismos alternativos. Por outro lado, é importante destacar e provocar que a existência do plano de manejo *per se* não garante uma gestão eficiente, muitas vezes dependente de recursos financeiros que não são repassados ao gestor administrativo da UC (RBM, com. pess.).

Tabela 3: Unidades de Conservação do Estado de Sergipe (MN: Monumento Natural, PN: Parque Nacional; PM: Parque Municipal; RVS: Refúgio de Vida Silvestre; RB: Reserva Biológica; APA: Área de Proteção Ambiental; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; FN: Floresta Nacional; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Unidades de Conservação de Sergipe	Criação	Área (ha)	Bioma	Município	Plano de Manejo
<i>Proteção Integral</i>					
MN do Rio São Francisco	2009	7.017,06	Caatinga	Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas (AL); Paulo Afonso (BA); e Canindé do São Francisco (SE)	Presente
MN Grota do Angico	2007	2.103,06	Caatinga	Poço Redondo e Canindé do São Francisco	Presente
PM Lagoa do Frio	2001	277,21	Caatinga	Canindé do São Francisco	Ausente
PM Ecológico do Tramandaí	1996	4,10	Mata Atlântica	Aracaju	Ausente
PN Serra de Itabaiana	2005	7.999,11	Mata Atlântica	Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito	Presente
PM do Poxim	2016	173,20	Mata Atlântica	Aracaju	Ausente
RVS Mata do Junco	2007	894,90	Mata Atlântica	Capela	Presente
RB de Santa Isabel	1998	4.782,37	Mata Atlântica	Pirambu	Presente
<i>Uso Sustentável</i>					
APA do Morro do Urubu	1993	215,65	Mata Atlântica	Aracaju	Presente
APA Litoral Norte	2004	46.145,39	Mata Atlântica	Pirambu, Japoatã, Ilha das Flores e Brejo Grande	Ausente
APA Litoral Sul	1993	48.095,17	Mata Atlântica	Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba	Ausente
ARIE Mata do Cipó	2017	59,70	Mata Atlântica	Siriri	Ausente
FN do Ibura	2005	144,18	Mata Atlântica	Nossa Senhora do Socorro	Presente
RPPN Bom Jardim	2006	166,87	Mata Atlântica	Santa Luzia do Itanhy	Ausente
RPPN Campos Novos	2014	102,77	Mata Atlântica	Carira	Ausente

RPPN do Caju	2011	762,35	Mata Atlântica	Itaporanga D'Ajuda	Presente
RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	2010	24,07	Mata Atlântica	Pirambu	Presente
RPPN Fonte da Bica	1999	13,07	Mata Atlântica	Areia Branca	Ausente
RPPN Lagoa Encantada da Lucrécia	2011	10,73	Mata Atlântica	Pirambu	Ausente
RPPN Marinheiro	2007	145,19	Mata Atlântica	Santa Luzia do Itanhy	Ausente
RPPN Pedra da Urça	2007	30,91	Mata Atlântica	Santa Luzia do Itanhy	Ausente
RPPN Pirangy	2012	13,59	Mata Atlântica	Itabaianinha	Ausente
RPPN Tapera	2006	130,60	Mata Atlântica	Santa Luzia do Itanhy	Ausente

Fonseca et al. (2017) expõe que não há como dissociar o uso dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida tradicionais da atividade de caça, tendo em vista que o cenário da população de Santa Luzia do Itanhy conta, em sua história, com a realização das atividades mais basais de subsistência e obtenção de proteína animal, incluindo a caça e a pesca. É paradoxal, deste modo, não discutir a caça de subsistência – e demais tipos – no Brasil e localmente. Nesse sentido, parece haver a necessidade de se criar mecanismos para seu controle, reduzindo assim seu impacto sobre as espécies caçadas, a exemplo do que tem sido feito para a pesca. Um debate profundo e com bases técnicas sólidas minimizaria o conflito existente no âmbito da legislação federal existente e contraditória em alguns aspectos (Fonseca et al., 2017).

A legislação ambiental e o modelo de unidade de conservação (RPPN) presentes na região de estudo limitam, respectivamente, algumas atividades praticadas pelos moradores e proíbem a entrada dos mesmos dentro dos fragmentos florestais. O que não tem limitado essas atividades, na prática. Frente a essa realidade, fica difícil o processo de tornar as pessoas aliadas aos objetivos da conservação e manutenção das Unidades de Conservação ou das espécies alvos de caça. Esse fato é essencial para o sucesso das UC (Drumond et al., 2009). A comunidade estudada sabe que suas atividades são restringidas e limitadas quando se trata das “matas” das propriedades particulares, no entanto, a participação nas tomadas de decisões desses atores locais poderia ser uma possibilidade

inovadora e eficaz, quando se pretende associar os moradores locais à proteção da biodiversidade.

Segundo Diegues (1996), em áreas protegidas, para podermos pensar em estratégias de conservação da biodiversidade dos ecossistemas, é preciso levar em consideração os aspectos biológicos e culturais de organização e sobrevivência das populações humanas. Nesse sentido, pensando em uma perspectiva conservacionista é que se reforça a importância dos estudos etnozoológicos que passam a atuar na mediação das necessidades e interesses das populações humanas, das áreas protegidas e de suas unidades gestoras (Marques, 1995).

Embora a maioria dos entrevistados não possua escolaridade formal, eles detêm e demonstram um repertório de conhecimento extremamente importante sobre os animais silvestres com os quais se inter-relacionam. Por mais que algumas pessoas não estejam mais ligadas às atividades de caça, estas ainda assim possuem conhecimento sobre a mastofauna, uma vez que estão em contato direto com os remanescentes florestais que circundam suas comunidades. Outro aspecto que pode explicar e influenciar a continuidade desse conhecimento é via as relações de parentesco ou através da realização de afazeres em espaços comuns, como acontece em atividades como a pesca, agricultura ou retirada de madeira. Segundo Figueiredo & Barros (2016), os conhecimentos são propagados através da oralidade e reinventados pela própria observação e trocas de experiências cotidianas, fazendo com que os caçadores que ainda estão ativos compartilhem muitas informações com aqueles que não pratique mais a mesma e vice-versa.

Albuquerque (2005) afirma que a compreensão e a utilização dos conhecimentos tradicionais das diversas populações humanas em relação ao meio natural onde vivem, podem facilitar conclusões e fornecer caminhos para a elaboração de estratégias de exploração sustentável do ambiente. Mendes et al. (2005) também chamam atenção para o aspecto de que os dados obtidos juntamente às populações locais, quanto às extinções locais de mamíferos de grande porte, costumes da caça e alterações na composição das espécies locais, podem demonstrar eficiência em identificar problemas relacionados à conservação da fauna nos locais de desenvolvimento dos estudos.

Aspectos da cultura local, como religião e crenças populares, também podem contribuir de maneira positiva para a conservação dos recursos naturais (Alves et al. 2009;

Vargas-Clavijo & Costa-Neto, 2010). A população de Santa Luzia do Itanhy possui narrativas que envolvem símbolos religiosos fazendo referências a seres ancestrais como Caboclo Zumbi, Caipora, Mula de Padre, Lobisomem, Fogo Corredor, Sapo Dourado, Cobras e Grutas Encantadas (INCRA, 2009). Dessa forma, retratam-se aspectos importantes a serem considerados na elaboração de estratégias de conservação, pois constituem o histórico local que manterão as pessoas vinculadas a proteção da floresta. Se os fatores culturais não forem considerados, as unidades de conservação poderão ser vistas, pelos moradores, apenas como algo proibidor, comprometendo a dimensão positiva de conservação dos recursos naturais. Nesse caso, será difícil ou impossível evitar conflitos entre os moradores, proprietários das UC e os esforços conservacionistas, prejudicando a conservação e a manutenção do patrimônio biológico, bem como o patrimônio social, cultural, religioso e econômico da comunidade local.

6. CONCLUSÃO

Constatou-se que a caça na região estudada é praticada por pessoas de diferentes faixas etárias, que os mais velhos detêm alto conhecimento sobre a mastofauna local. Também foi constatado que esta atividade, além de ser moldada por contextos socioeconômicos, apresenta um papel fundamental na cultura local, evidenciado pela existência de uma ampla variedade de interações entre moradores e uma expressiva riqueza de espécies da mastofauna silvestre local. O uso da carne de mamíferos cinegéticos como alimentação é a principal finalidade utilitária citada pelos entrevistados.

Para a captura desses animais, uma ampla variedade de técnicas e estratégias de caça e captura foram observadas, sendo a caça com arma de fogo e caça com cachorro as mais utilizadas. As interações entre seres humanos e fauna atesta a importância dos animais silvestres para a população local. O registro desta prática requer medidas imediatas quanto à necessidade em se preservar, principalmente, espécies ameaçadas de extinção.

Estratégias para uma utilização mais sustentável são urgentemente necessárias. Programas de educação ambiental, regulação legal e o controle da caça devem ser implementados para melhores planos de gestão de apoio e conservação da biodiversidade local. Nesse sentido, a inserção do tema em programas de ensino das escolas locais pode ser útil no preparo das gerações mais jovens, principalmente aquelas que atualmente são crianças. Outro ponto que merece atenção, seria constituir um sistema de monitoramento comunitário das populações alvo de caça, na perspectiva da gestão das áreas protegidas presentes na região de estudo, uma vez que o monitoramento se constitui como uma ferramenta responsável pela identificação e diagnóstico de algo ao longo de um tempo e espaço determinados. As atividades envolvidas no sistema de monitoramento poderiam incluir localização dos animais, contagem de indivíduos, frequência reprodutiva, tamanho da prole, razão sexual, expectativa de vida, coleta taxonômica, estimativa de espécies da mastofauna (bem como outros grupos taxonômicos) incluindo aquelas que estão em risco de extinção, entre outros. Esses conhecimentos podem vir a compor programas de prática de caça sustentável, visto que a atividade faz parte da cultura de comunidades tradicionais, podendo essa ação ampliar a sensibilização social e comunitária para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Com base nos resultados apresentados nesse trabalho, sugere-se também, para efetivação do papel das Unidades de Conservação na proteção da biodiversidade, a realização de programas sociais visando o esclarecimento das condições atuais das espécies cinegéticas, das perspectivas elevadas de extinção da mastofauna local, além de propor a inclusão de moradores locais em cargos nas Unidades de Conservação, inclusive como uma alternativa na geração de renda. Dentre as funções possíveis, poderiam ser desenvolvidas: auxílio a pesquisa científica, turismo e fiscalização. A participação dos comunitários não deve ser somente atrelada à execução do trabalho de pesquisa, mas na capacidade de existir retornos que poderão ser convertidos em benefícios para os próprios comunitários, com a possibilidade de geração de renda. Entretanto, o envolvimento comunitário se relaciona fundamentalmente ao retorno em benefícios sociais e geração de renda, pois não se pode ignorar que a qualidade de vida é uma das condições para o empenho pela conservação ambiental.

Infelizmente, os efeitos da caça sobre a fauna silvestre ainda não são facilmente mensuráveis. É necessário estimar a pressão da caça existente na região e os parâmetros populacionais básicos das espécies caçadas, para que seja possível avaliar o verdadeiro impacto sobre essas populações. Pesquisas futuras continuadas podem contribuir principalmente para complementar informações devido as limitações do presente trabalho, tais como identificar se há comércio ilegal de animais silvestres na região; verificar o número de indivíduos caçados ou biomassa local; verificar se há variação sazonal do número de espécies caçadas; levantar a biomassa em quilogramas de carne de animais silvestres consumidos em determinada unidade de tempo por pessoa ou unidade familiar e, com isso, analisar os efeitos da caça de subsistência sobre a população de animais silvestres consumidos na alimentação.

A partir deste trabalho, questões críticas parecem ser: 1) manejo e monitoramento participativo para a gestão das unidades de conservação; 2) formações de líderes/monitores comunitários para esclarecimento das condições atuais das espécies cinegéticas; 3) avaliação da importância cultural da caça; 4) o conhecimento da ecologia das espécies cinegéticas na região; 5) a avaliação do impacto da caça sobre a dinâmica populacional daquelas espécies, fazendo a distinção entre caça de subsistência, comercial e esportiva, e 6) a recuperação do saber local sobre a prática da caça e sobre a ecologia das espécies cinegéticas. Diante dessas propostas e dos resultados verificados no presente trabalho, espera-se que este contribua para a discussão de novos estudos etnozoológicos

para o Estado de Sergipe, além de auxiliar na preservação da identidade cultural da comunidade e da biodiversidade contida nos fragmentos florestais de Santa Luzia do Itanhy; como também subsidiar argumentos para que os gestores locais, população e tomadores de decisão possam realizar alterações ou pensar novas estratégias coletivas para a gestão das UC existentes na região.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU JR, E.F.; KÖHLER, A. 2009. Mammalian fauna of medium and large sized in the RPPN of UNISC, RS, Brazil. **Biota Neotropica**, v.9, n. 4, p. 169-174.
- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; ALENCAR, N.L. Métodos e Técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, 2010. p. 41-64.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; MONTEIRO, J. M.; FLORENTINO, A, T. N.; RAMOS, M. A.; ALMEIDA, C. F. C. B. R. 2006. Evaluating two quantitative ethnobotanical techniques. **Ethnobotany Research and Applications**, v. 4, n.1, p. 51-60.
- ALBUQUERQUE, U.P. 2005. **Etnobiologia e biodiversidade**. Editora NUPEEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 78p.
- ALMEIDA, C.F.C.B.R.; ALBUQUERQUE, U.P. 2002. Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil): um estudo de caso. **Interciência**, v.27, p. 276–285.
- ALMEIDA, M.B. de.; LIMA, E.C. de.; AQUINO, T.V. de.; IGLESIAS, M.P. 2002. Caçar. In: CUNHA, M.C. de e ALMEIDA, M.B. de (Orgs.). **Enciclopédia da floresta – o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 311-335.
- ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA, W. L. S. 2012. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science**, v.5, p.394-416.
- ALVES, R. R. N.; MENDONÇA, L. E. T.; CONFESSOR, M. V. A.; VIEIRA, W. L. S.; LOPEZ, L. C. 2009. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.5, p.1-16.
- ALVES, R. R. N.; NISHIDA, A. K. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura) do estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. 2003. **Interciência**, v. 28, n. 1, p. 36-43.

- ALVES, R. R. N.; NOUGUEIRA, E. E. G.; ARAUJO, H. F. P.; BROOKS, S. E. 2010. Bird-keeping in the Caatinga, NE Brasil. **Human Ecology**, v. 38, p.147-156.
- ALVES, R. R.N; BARBOSA, J. A. A; SANTOS, S. L. D. X; SOUTO, W.M.S; BARBOZA, R. R. D. 2011. Animal-Based Remedies as Complementary Medicines in the Semi-Arid Region of Northeastern Brazil. New York: **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, p. 1-15.
- ALVES, R.R.N. & PEREIRA-FILHO, G.A. 2007. Commercialization and use of snakes on North and Northeastern Brazil: implications for conservation and management. **Biodiversity and Conservation**, v. 16, p. 969-985.
- ALVES, R.R.N.; ROSA, I.L. 2006. From cnidarians to mammals: the use of animals as remedies in fishing communities in NE Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 107, p. 259–276.
- ALVES, R.R.N.; ROSA, I.L. 2007a. Zootherapeutic practices among fishing communities in North and Northeast Brazil: a comparison. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 111, p. 82–103.
- ALVES, R.R.N.; ROSA, I.L. 2007b. Zotherapy goes to town: the use of animal-based remedies in urban areas of NE and N Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 113, p. 541–555.
- ALVES, R.R.N.; GONÇALVES, M.B.R; VIEIRA, W.L.S. 2012. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science**, v.5, n.3, p. 394-416.
- ALVES, R.R.N.; MENDONÇA, L.E.T.; CONFESSOR, M.V.A.; VIEIRA, W.L.S.; LOPEZ, L.C.S. 2009. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 5, n.12, p. 1-16.
- ALVES, R.R.N.; ROSA, I.L.; SANTANA, G.G. 2007. The role of animal-derived remedies as complementary medicine in Brazil. **BioScience**, v. 57, p. 949–955.
- ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S.; BARBOZA, R.R.D. 2010a. Primates in traditional folk medicine: a world overview. **Mammal Review**, v. 40, p.155–180.

ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S. Etnozoologia: conceitos, considerações históricas e importância. In: Alves, R.R.N.; Souto, W.M.S.; Mourão, J.S. (Org.). **A etnozoologia no Brasil: Importância, Status atual e Perspectivas**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 19-40.

ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S. Panorama atual, avanços e perspectivas futuras para Etnozoologia no Brasil. In: ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S.; MOURÃO, J.S. **Etnozoologia no Brasil: importância, status atual e perspectivas**. Recife: NUPEEA, 2010b. p. 41-56.

ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S. 2011. Ethnzoology in Brazil: current status and perspectives. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.7, n. 22, p. 1-18.

ALVES, R.R.N.; FEIJÓ, A.; BARBOZA, R.; SOUTO, W.; FERNANDES-FERREIRA, H.; CORDEIRO-ESTRELA, P.; LANGGUTH, A. 2016. Game mammals of the Caatinga biome. **Ethnobiology and Conservation**, v. 5, p. 1-51.

AMOROZO, M. C. M.; VIERTLER, R. B. A abordagem qualitativa na coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, 2010. p. 67-82

ANDRIGUETTO-FILHO, A.M. 1993. Institutional prospects in managing coastal environmental conservation units in Parana State. Brazil. In: Coastal Zone '93, Proceedings, 8th Symposium on Coastal and Ocean management, New Orleans, USA, p.2354-2368.

ANDRIGUETTO-FILHO, J.M.; KRÜGER, A.C.; LANGE, M.B.R. 1998. Caça, Biodiversidade e Gestão Ambiental na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Biotemas**, v.11, n.2, p. 133-156.

BAILEY, K. **Methods of social research**. 2. ed. Nova Iorque, EUA: The Free Press, 1982. 553 p.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. 2012. Utilização Místico Tradicional da Fauna no Semiárido Paraibano. **Polêmica**, v.11, n.4, p.642-649.

BARBOSA, J.A.A.; NOBREGA, V.A.; ALVES, R.R.N. 2011. Hunting practices in the semiarid region of Brazil. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, v. 10, n. 3, p. 486–490.

- BARBOSA, J.A.A.; NOBREGA, V.A.; ALVES, R.R.N. 2011. Hunting practices in the semiarid region of Brazil. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, v. 10, n. 3, p. 486–490.
- BARRERA-BASSOLS, N; TOLEDO, V. 2005. Ethnoecology of the Yucatec maya: Symbolism, knowledge and management of natural resources. **Journal of Latin American Geography**. v. 4, n. 1, p. 9-41.
- BARROS, F.B.; VARELA, S.AM.; PEREIRA, H.M.; VICENTE, L.2012. Medicinal use of fauna by a traditional community in the Brazilian Amazonia. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.8, n.37, p. 1-19.
- BELTRÃO-MENDES, R.; CUNHA, A. A.; FERRARI, S. F. 2011. New localities and perspectives on the sympatry between two endangered primates (*Callicebus coimbrai* and *Cebus xanthosternos*) in northeastern Brazil. **Mammalia**, v. 75, p. 103-105.
- BENNETT, E.L.; ROBINSON, J.G. Hunting for Sustainability: the start of a synthesis. In: ROBINSON, J.G; BENNETT, E.L. (Ed). **Hunting for sustainability in Tropical Forests**. New York: Columbia University Press (Biology and Resource Series), 1999. p. 36-56.
- BERGALLO, H.G.; GEISE, L.; BONVICINO, C.R.; CERQUEIRA, R.; D'ANDREA, O.S.; ESBERARD, C.E.; FERNÁNDEZ, F.A.S.; GRELLE, C.E.V.; SICILIANO, S.; VAZ, S.M. 2000. Mamíferos. In: BERGALLO, H.G.; ROCHA, C.D.F.; VAN-SLUYS, M.; GEISE, L.; ALVES, M.A. (Eds.) **Lista da Fauna Ameaçada do Estado do Rio de Janeiro**. UERJ. Rio de Janeiro, Brasil. 205pp.
- BONFIM, W.; MARCON, F. 2009. **Relatório Antropológico do Território da Comunidade Quilombola Luziense**. Aracaju: INCRA/FAPESE (Relatório de pesquisa).
- BRANCH, L.C.; SILVA, M.F. 1983. Folk medicine of Alter do Chão, Pará, Brazil. **Acta Amazonica**, v. 13, n.5-6, p. 737-797.
- CÁCERES, NC.; CARMIGNOTTO, AP.; FISCHER, E.; SANTOS, CF. 2008. Mammals from Mato Grosso do Sul, Brazil. **Check List**, v. 4, n. 3, p. 321-335.
- CAJAÍBA, R.L.; SILVA, W.B.; PIOVESAN, P. R. 2015. Animais silvestres utilizados como recurso alimentar em assentamentos rurais no município de Uruará, Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 34, p.157-168.

- CASTILHO, L.C.; MARTINEZ, R.A.; GINÉ, G.A.F.; RIBEIRO, G.C.; SCHIAVETTI, A. 2013. The thin-spined porcupine, *Chaetomys subspinosus* (Rodentia: Erethizontidae), within protected areas in the Atlantic Forest, Brazil: local knowledge and threats. **Tropical Conservation Science**, v.6, n.6, p. 796-810.
- CHAGAS, R.R.D.; SANTOS-JR., E.M.; SOUZA-ALVES, J.P.; FERRARI, S.F. 2010. Fazenda Trapsa, a refuge of mammalian diversity in Sergipe, Northeastern Brazil. **Revista Nordestina de Biologia**, v.19, n. 2, p.35-43.
- CHAGAS, R.R.D.; SOUZA-ALVES, J.P.; JERUSALINSKY, L.; FERRARI, S.F. 2009. New Records of *Bradypus torquatus* (Pilosa: Bradypodidae) from Southern Sergipe, Brazil. **Edentata**, n.8, v.10, p.21-24.
- CHIARELLO, A.G.; AGUIAR, L.M.S.; CERQUEIRA, R.; MELO, F.R.; RODRIGUES, F.H.G.; SILVA, V.M. 2008. Mamíferos ameaçados de extinção do Brasil. In: A.B.M. MACHADO; G.M. DROMMOND; A.P. PAGLIA (eds.), **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Belo Horizonte, Ministério do Meio Ambiente - Fundação Biodiversitas, p. 681-702.
- CHIARELLO, A.G.; AGUIAR, L.M.S.; CERQUEIRA, R.; MELO, F.R.; RODRIGUES, F.H.G.; SILVA, V.M. 2008. Mamíferos ameaçados de extinção do Brasil. In: A.B.M. MACHADO; G.M. DROMMOND; A.P. PAGLIA (eds.), **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Belo Horizonte, Ministério do Meio Ambiente - Fundação Biodiversitas, p. 681-702.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Ed. Cortez, 2000. 166 p.
- CONCEIÇÃO, A. L. 2011. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **Revista GeoNordeste**, n.2, p.1-16
- COSTA, L.P.; LEITE, Y.R.L.; MENDES, S.L.; DITCHFIELD, A.D. 2005. Conservação de mamíferos no Brasil. **Megadiversidade**, v.1, n.1, p. 103-112.
- COSTA-NETO, E.M.; ALVES, R.R.N. 2010a. Estado da arte da zooterapia popular no Brasil. In: COSTA-NETO, E.M.; ALVES, R.R. N (Eds). **Zooterapia: os animais na medicina popular brasileira**. NUPEEA, Recife, p. 13–54.

COSTA-NETO, E.M. 1999. Recursos animais utilizados na medicina tradicional dos índios Pankararé que habitam no nordeste do Estado da Bahia, Brasil. **Actualidades Biológicas**, v.21, n.70, p. 69-79.

COSTA-NETO, E.M. 2000. As interações homem/xenartha: tamanduás, preguiças e tatus no folclore ameríndio. **Actualidades Biológicas**, v.22, n.73, p. 203-213.

CULLEN JR.L.; RUDRAN, R.; VALLADARES PÁDUA, C. (Org.). **Métodos de estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre**. 1º ed., Curitiba: Editora UFRP, 2004. 665p.

CULLEN-JUNIOR, L. 1997. **Hunting and Biodiversity in Atlantic Forest Fragments, São Paulo**, Brazil. Tese. University of Florida. Gainesville, FL, EEUU. 134f.

CULLEN-JUNIOR, L.; BODMER, R.E.; PÁDUA, C.V. 2000. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic Forest, Brasil. **Biological Conservation**, v. 95, p. 49-56.

CULLEN-JUNIOR, L.; BODMER, R.E.; PÁDUA, C.V. 2001. Ecological consequences of hunting in Atlantic forest patches, São Paulo, Brazil. **Oryx**, v.35, p. 1-8.

DANTAS-AGUIAR, P. R.; BARRETO, R. M.; SANTOS-FITA, D.; SANTOS, E. B. 2011. Hunting Activities and Wild Fauna Use: A Profile of Queixo D'antas Community, Campo Formoso, Bahia, Brazil. **Bioremediation, Biodiversity and Bioavailability**, v.5, p. 1-10.

DIAS, D. M.; MENDONÇA, L. M. C.; ALBUQUERQUE, N. M.; TERRA, R. F. C.; SILVESTRE, S. M. S.; MOURA, V. S.; BELTRÃO, R; RUIZ-ESPARZA, J.M.; ROCHA, P. A.; FERRARI, S. F. 2017. Preliminary survey of the nonvolant mammals of a remnant of coastal restinga habitat in eastern Sergipe, Brazil. **Natureza On Line**, v. 15, p. 32-41.

DIEGUES, A.C. 1996. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. Hucitec, São Paulo. 161p.

DRUMOND, M.A., GIOVANETT, L. & GUIMARÃES, A. 2009. **Técnicas e Ferramentas participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Ed Arpa. Brasília. 118p.

- EMÍDIO-SILVA, C. 1998. **A caça de subsistência praticada pelos índios Parakanã (sudeste do Pará): características e sustentabilidade**. Tese de doutorado. Museu Paraense Emílio Goeldi e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 1998. 145f.
- EMMONS, L.; FEER, F. 1997. **Neotropical rainforest mammals: a field guide**. Chicago, The University of Chicago Press, 392p.
- FERNADES-FERREIRA, H. 2011. **Atividades cinegéticas em um brejo de Altitude no Nordeste do Brasil: Etnozoologia e conservação**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. 182f.
- FERNADES-FERREIRA, H. 2014. **A caça no Brasil: Panorama histórico e atual**. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 466f.
- FERREIRA, F. S.; ALBUQUERQUE, U. P.; COUTINHO, H.D.M.; W.O. ALMEIDA; ALVES, R. R. N. 2012. The trade in medicinal animals in northeastern Brazil. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2012, p. 1-20.
- FERREIRA, F.S.; BRITO, S.; RIBEIRO, S.; ALMEIDA, W.; ALVES, R.R.N. 2009. Zootherapeutics utilized by residents of the community Poço Dantas, Crato – CE, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 5, n. 21, p.1-10.
- FIGUEIREDO, R.A.; BARROS, F.B. 2016. Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 223-237.
- FONSECA, R.; PEZZUTI, J.; VALSECCHI, J.; ANTUNES, A. P.; RABELO, G.; DURIGAN, C.; CONSTANTINO, P.; RAMOS, R. 2017. **Caça de Subsistência dentro e fora da lei: um debate necessário**. OEco Jornalismo Ambiental, p. 1-4. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/caca-de-subsistenciadentro-e-fora-da-lei-um-debate-necessario/>. Acesso em: 10 de setembro 2018.
- FREIRE, O. F. F. 1977. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 416p.
- GOMES, L. J.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G.T. 2006. Unidades de Conservação no Estado de Sergipe. **Revista da Fapese**, v. 2, n. 1, p. 101-112.

GRAÇA, A.S.D. 2015. **As marisqueiras do povoado Crasto em Santa Luzia do Itanhy-SE: tempo, espaço e memórias do mangue**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. 105f.

HANAZAKI, N.; ALVES, R.R.N.; BEGOSSI, A. 2009. Hunting and use of terrestrial fauna used by Caiçaras from the Atlantic Forest coast (Brasil). **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.5, p. 1-36.

HAYS, T.E. 1976. An empirical method for the identification of covert categories in ethnobiology. **American Ethnologist**, v. 3, n.3, p. 489–507.

HUNTINGTON, H. P. 2000. Using Traditional ecological knowledge in science: Methods and applications. **Ecological Applications**. v. 10, n. 5, p. 1270-1274

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. *Densidade demográfica*: IBGE, Censo Demográfico 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. *Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo*: Censo Demográfico 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2016. *População ocupada*: Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) (data de referência: 31/12/2016), IBGE, Estimativa da população 2016 (data de referência: 1/7/2016).

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. Cidades. Acesso em 12 de maio de 2018, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/santa-luzia-do-itanhy/panorama>.

IUCN (International Union for Conservation of Nature). Mammals. Acesso em 12 de maio de 2018, disponível em: <http://www.iucnredlist.org/initiatives/mammals>.

KOSTER, J.M. 2008. The impact of hunting with dogs on wildlife harvests in the Bosawas Reserve, Nicaragua. **Environmental Conservation**, v.35, p.211–220.

LANDIM, M.F; PROENÇA, C.E.B; SALES, A.B; MATOS, I.S. 2015. Floristic characterization of an Atlantic Rainforest remnant in Southern Sergipe: Crasto forest. **Biota Neotropica**, v.15, n.1, p.1-16.

- LIMA, J. S. 2010. **Uso e Conservação de Recursos Botânicos por Comunidades Rurais do Entorno ao Parque Nacional da Serra de Itabaiana: uma abordagem etnobiológica**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. 204f.
- MARCON, F.; BOMFIM, W. 2016. Processos Identitários e a Comunidade Quilombola Luziense. **Revista Ambivalências**, v.4, n.7, p.135-154.
- MARQUES, A.A.B.; FONTANA, C.S.; VÉLESZ, E.; BENCKE, G.A.; SCHNEIDER, M.; REIS, R.E. 2002. **Lista de Referência da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul**. Decreto nº 41.672, 10/06/2002. FZB/MCT PUCRS/ PANGEA. Porto Alegre, Brasil. 52 p.
- MARQUES, J. G. W. 1995. **Pescando Pescadores: uma etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano**. NUPAUB/USP, São Paulo, Brasil, 304 pp.
- MAZZOLLI, M. 2006. **Persistência e riqueza de mamíferos focais em sistemas agropecuários no planalto meridional brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 105f.
- MELO, R. S. 2013. **Conhecimento e utilização de mamíferos por duas comunidades em uma área de proteção ambiental (APA/Araripe): uma abordagem etnomastozoológica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013 63f.
- MENDES, F.B.; MIKICH, S.B.; BIANCONI, G.V.; PEDRO, W.A. 2005. Mamíferos do município de Fênix, Paraná, Brasil: etnozootologia e conservação. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 22, n. 4, p. 991-1002.
- MIKICH, S.B.; BERNILS, R.S. 2004. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná**. Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, Brasil. 763p.
- MILNER-GULLAND, E.; BENNETT, E.; GROUP, S. A. M. W. M. 2003. Wild meat: The bigger picture. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 18, n.7, p. 351-357.
- MITTERMEIER, R.A.; COIMBRA-FILHO, A.F.; KIERULFF, M.C.M.; RYLANDS, A.B.; MENDES, S.L.; PISSINATTI, A.; ALMEIDA, L.M. 2007. Monkeys of the Atlantic Forest of Eastern Brazil Pocket Identification Guide. In: **Conservation**

International Tropical Pocket Guide, Series #3. Conservation International, Arlington, VA.

MOURA, F.B.P.; MARQUES, J.G.W. 2008. Zooterapia popular na Chapada Diamantina: uma medicina incidental? **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, p. 2179–2188.

NOBRE, R. 2007. **Modelos de Sustentabilidade de Caça na Serra do Mar, Mata Atlântica.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 72f.

OJASTI, J.; DALLMEIER, F (Ed). **Manejo de Fauna Silvestre Neotropical.** Instituto de Zoologia Tropical, Smithsonian Institution/MAB Biodiversity Program, Washington D.C, 2000. 304p.

OLIVEIRA, F.F.; FERRARI, S.F.; SILVA, S.D.B. 2005. Mamíferos Não Voadores. In: CARVALHO, C.M.; VILAR, J.C. (eds.), **Parque Nacional Serra de Itabaiana - Levantamento da Biota.** São Cristóvão, IBAMA -Biologia Geral e Experimental - UFS, p. 77-91.

PAGLIA, A.P.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L.M.; CHIARELLO, A.G.; LEITE, Y.L.R.; COSTA, L.P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M.C.M.; MENDES, S.L.; TAVARES, V.C.; MITTERMEIER, R.A. & PATTON, J.L. 2012. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil/Annotated Checklist of Brazilian Mammals, 2.ed. **Occasional Papers in Conservation Biology**, v.6, p.1-76.

PEREIRA, J, P, R.; SCHIAVETTI, A. 2010. Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas “Tupinambás de Olivença” (Bahia). **Biota Neotropica**, v. 10, p. 175-183.

PESSOA, T.S.A.; WAGNER, P.G.C.; LANGGUTH, A. 2013. Captura e Comercialização de animais silvestres no semiárido da Paraíba, Brasil, sob a perspectiva de crianças e adolescentes. **Revista Nordestina de Biologia**, v.21, n.2, p.79-100.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A H.; REYNEL, C.; WILKI, P.; GÁVEZ-DURAND, C. B. 1994. Quantitative ethnobotany and Amazonian conservation. **Conservation Biology**, v.8, p.225-248.

PIANCA, C. C. 2004. **A caça e seus efeitos sobre a ocorrência de mamíferos de médio e grande porte em áreas preservadas de Mata Atlântica na serra de Piraniapiacaba**

(SP). Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2004. 74f.

REDFORD, K. H. The Empty Forest. 1992. **BioScience**, v. 42, n. 6, p. 412-422.

REDFORD, K.H; ROBINSON, J.G. 1987. The game of choice: patterns of indian and colonist hunting in the neotropics. **American Anthropologist**, v.89, p. 650-667.

ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H. 1986. Body size, diet and population density of neotropical forest mammals. **American Naturalist**, v. 128, n. 5, p. 665-680.

ROCHA, M.S.P; CAVALCANTI, P.C.M; SOUSA, R.L; ALVES, R.R.N. 2006. Aspectos da comercialização ilegal de aves nas feiras livres de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.6, n.2, p. 204-221.

ROSS, E.B. 1978. Food Taboos, Diet, and Hunting Strategy: the adaptation to animals in Amazon cultural ecology. **Current Anthropology**, v. 19, p.1-36.

ROSSATO, S.C.; LEITÃO-FILHO, H.F.; BEGOSSI, A. 1999. Ethnobotany of caiçaras of the Atlantic Forest Coast (Brazil). **Economic Botany**, v.53, n.4, p.387-395.

SANTOS, A. L. C. 2009. **Diagnóstico dos Fragmentos de Mata Atlântica de Sergipe através de sensoriamento remoto**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. 74f.

SANTOS-FITA, D.; COSTA-NETO, E.M. 2007.As interações entre os seres humanos e os animais: a contribuição da etnozoologia. **Biotemas**, v.20, n.4, p. 99-10.

SILVA, F. C. O. **Comunidade remanescente de quilombos do território Luziense**. (Terras de quilombos). Belo Horizonte: FAFICH, 2016. 16 p.

SILVA, G.A 1993. **Mamíferos de importância cinegética na Várzea da Marituba e na fazenda Boa Vista, Alagoas: espécies caçadas e métodos de caça**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1993.

SILVA, M. L. V.; ALVES, A.G. C.; ALMEIDA, A. V. 2004. A zooterapia no Recife (Pernambuco): uma articulação entre as práticas e a história. **Biotemas**, v. 17, n.1, p. 95-116.

SILVA, V. A.; NASCIMENTO, V. T.; SOLDATI, G. T.; MEDEIROS, M. F. T.; ALBUQUERQUE, U. P. Técnicas para análise de dados etnobiológicos. In:

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.L.; CUNHA, L.V.C. (Org.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: Nupeea, p. 207-222. 2010.

SILVA-NETO, B.C.; NASCIMENTO, A.L.B.; SCHIEL, N.; ALVES, R.R.N.; SOUTO, A.; ALBUQUERQUE, U.P. 2016. Assesment of the hunting of mamals using local ecological knowledge: an example from the Brazilian semiarid region. **Enviroment, Development and Sustainability**, v.1, p.1-19.

SILVA-NETO, B.C. 2013. **A caça de mamíferos cinegéticos no semiárido do nordeste brasileiro: uma análise com base na hipótese da aparência ecológica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013. 57f.

SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. 32 p.

SOUZA, A.N.J.; BULHÕES, R.S; DOCIO, L. 2015. Conexões homem-animal: caracterização do conhecimento etnozoológico de uma comunidade rural no Nordeste do Brasil. **Etnobiología**, v.13, n.3, p.38-53.

STEZ, E.Z.F, 1991. Animals in the Nambiquara diet: methods of collection and processing. **Journal of Ethnobiology**, v.11, n.1, p.1-22.

TONHASCA JR., A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 197 p

TRINCA, C. T; FERRARI, S. F. Caça em assentamento rural na Amazônia mato-grossense. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. C. **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed.Annablume, v.1, 2006. p. 155-167.

TRINCA, C. T. 2004. **Caça em assentamento rural no sul da Floresta Amazônica**. Dissertação de Mestrado. Museu Paraense Emílio Goeldi & Universidade Federal do Pará. Belém, 2004. 53f.

VARGAS-CLAVIJO, M.; COSTA-NETO. 2010. Actitudes hacia La fauna: algunas explicaciones de la conducta humana facial os animales. In: ALVES, R.R.N.; SOUTO, W.M.S.; MOURÃO, J.S. **A Etnozoologia no Brasil: Importância, Status Atual e Perspectivas**. Série Estudos & Avanços, Vol. 4. 1º ed. Recife: Editora NUPEEA. p. 95-121.

APÊNDICE

APÊNDICE A – FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AOS MORADORES

RPPN Bom Jardim, Tapera, Marinheiro e Pedra da Urca nas imediações do município de Santa Luzia do Itanhy, Sergipe

Formulário aplicado aos moradores do entorno das RPPN sobre os usos e percepções da mata

Nº:

Nome:

Apelido:

Há quanto tempo mora no local?

Desde quando o parente mais velho mora aqui?

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: () F/() M

Estado Civil:

Profissão:

Escolaridade:

Renda:

Outra renda familiar? (Caso sim: quanto):

Mora com quantas pessoas?

➤ PERCEPÇÃO

- 1) O que a mata representa para você?
- 2) Os animais e plantas possuem alguma importância para a vida de vocês na comunidade?
- 3) Existe alguma prática que cause direta ou indiretamente danos à natureza?
- 4) Já receberam algum tipo de orientação sobre cuidados com meio ambiente? Caso sim, quem foi o responsável?
- 5) Acha importante preservar os recursos da mata?
() Sim () Não Por quê?
- 6) O que você pensa que deve ser feito para que a mata seja preservada?
- 7) Sabe o que é uma Unidade de Conservação? () sim () não.

Caso sim:

- 8) Tem conhecimento de que moram no entorno de uma unidade de conservação? () Sim () Não

➤ **USOS**

- 1) Reconhece animais e plantas existentes nas proximidades da comunidade? Quais?
- 2) Faz uso de alguns deles? Quais? Para quê? (Animais/Plantas).
- 3) De onde veio o conhecimento sobre o uso de plantas/animais para tratamento de saúde? (Família, meios de comunicação, profissionais da saúde)
- 4) Com relação à mata, o pessoal usa para alguma coisa?

Combustível	Construção	Tecnologia	Medicinal	Outros usos

- 5) Com relação aos animais, o pessoal usa para alguma coisa?

Alimento	Controle (praga)	Medicinal	Estimação

- 6) Sabe da existência de caça na mata? Para lazer ou alimentação?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre conhecimento etnoecológico como informante. Após ser esclarecido e estiver de acordo com o conteúdo da pesquisa, assine ao final deste documento. Este documento possui duas vias, para que uma cópia fique com você e outra com o pesquisador responsável. Caso não seja seu desejo participar, não sofrerá qualquer tipo de punição. Caso haja quaisquer dúvidas, entre em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe ou com os pesquisadores responsáveis, indicados abaixo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título da pesquisa: Usos e percepções populares sobre os recursos da fauna e da flora das RPPN no município de Santa Luzia do Itanh, Sergipe.

Pesquisadores: Marcella Carolina da Silva Almeida, Raone Beltrão Mendes, Felipe Silva Ferreira

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): Marcella: (79) 99888-44117; Raone: (79) 99143-9570; Felipe: (75) 99936-6951

Assinatura dos pesquisadores:

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/CPF _____, concordo em participar do estudo acima citado como informante, disponibilizando informações sobre o uso e conhecimento associados à fauna e flora da região de interesse da pesquisa, desde que estas não me exponham perante a comunidade. Os questionários serão realizados individualmente

e gravados utilizando um gravador, desde que haja o consentimento do (a) Sr. (a). As entrevistas podem ocorrer com o (a) Sr. (a) em mais de um momento. Os principais riscos que a pesquisa pode ocasionar aos informantes são: aborrecimento em virtude do tempo utilizado na entrevista, incômodos com o uso do gravador para a coleta de áudio durante e constrangimento (diante dos demais membros da comunidade) associado com algum uso e/ou percepção associados à fauna/flora. Porém, as entrevistas serão conduzidas de forma a evitar qualquer tipo de desconforto perante à comunidade bem como será garantido o sigilo de todas as informações referentes ao estudo. Ao participar da pesquisa, o (a) Sr. (a) não terá nenhum benefício direto. Contudo, acreditamos que o estudo produza informações importantes sobre a valorização, manutenção do conhecimento tradicional sobre as várias formas de inter-relação entre humanos e natureza, de modo que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir na criação de estratégias de uso sustentável, no qual o pesquisador se compromete a divulgar os resultados alcançados, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme dito anteriormente. Sendo assim, manifesto meu consentimento em participar desta pesquisa e declaro que fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Marcella Carolina da Silva Almeida sobre os diversos aspectos da pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que meu livre consentimento em participar do estudo pode ser retirado a qualquer momento sem que isto ocasione qualquer tipo de penalidade ou interrupção do meu acompanhamento/assistência.

Local e data:

Assinatura do informante

APÊNDICE C – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Perfil	Povoado	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de Residência	Profissão	Renda	Conhecimento	Lugar de Caça	Estratégia de Caça
Entrevistado 01	Sede Sta Luzia	91	Casada	Básico	Desde que nasceu	Aposentado	2 salários mínimos	Mãe, avô, avó	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 02	Sede Sta Luzia	81	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Aposentado	2 salários mínimos	Pai	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 03	Sede Sta. Luzia	80	Casado	Não estudou	50 anos	Vendedor	2 salários mínimos	Amigos	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 04	Sede Sta Luzia	78	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Aposentado	NI	NI	Mata do Crasto	Armadilha, cachorro e espera
Entrevistado 05	Sede Sta Luzia	82	Casado	Não estudou	NI	Aposentado	NI	Pai e amigos	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 06*	Bom Viver	75	Casado	Básico	Desde que nasceu	Agricultor	2 salários mínimos	Pai	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 07	Bom Viver	74	Viúva	Estudando	Desde que nasceu	Agricultor	1 salário mínimo	Pai	Mata do Crasto e Mata do Pau Torto	Cachorro e espera
Entrevistado 08*	Bom Viver	64	Casado	Básico	40 anos	Agricultor	1 salário mínimo	Pai	Mata do Crasto, Mata do Bom Viver, Mata do Pau Torto, Mata Priapu	Armadilha, cachorro e espera
Entrevistado 09*	Bom Viver	75	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Agricultor	< 1 salário mínimo	Pai	Mata do Crasto, Mata do Bom Viver	Armadilha, cachorro e espera

Entrevistado 10*	Sede Sta Luzia	62	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Aposentado/Pescador	2 salários mínimos	Pai, tios e amigos	Mata do Crasto e Mata do Pau Torto	Cachorro e espera
Entrevistado 11*	Sede Sta Luzia	23	Casado	Fundamental incompleto	Desde que nasceu	Pedreiro	< 1 salário mínimo	Pai e amigos	Mata do Pau Torto	Cachorro e espera
Entrevistado 12	Sede Sta Luzia	73	Casado	Não estudou	30 anos	Aposentado	1 salário mínimo	Pai	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 13	Rua da Palha	65	Casado	Não estudou	29 anos	Aposentado	1 salário mínimo	Amigos	Mata do Crasto	Cachorro e espera
Entrevistado 14	Rua da Palha	58	Casado	Fundamental completo	Desde que nasceu	Pescador	NI	Avó	Mata do Crasto	Armadilha, cachorro e espera
Entrevistado 15	Rua da Palha	72	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Aposentado	1 salário mínimo	Amigos	Mata do Crasto, Mata de Seu Juliano (Marinheiro e Pedra da Urça)	Armadilha, cachorro e espera
Entrevistado 16*	Pedra Furada	62	Casado	Não estudou	Desde que nasceu	Aposentado	1 salário mínimo	Amigos	Mata do Crasto e Mata de Seu Juliano	Armadilha, cachorro e espera

Entrevistados marcados com * ainda realizam atividade de caça. A entrevistada 07 foi incluída nas análises no grupo “sem grau algum de escolaridade”, uma vez que, apenas no ano passado iniciou seus estudos.

APÊNDICE D - REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Registro 01: Informante da Rua da Palha.



Registro 02: Placa presente em frente à RPPN Bom Jardim.



Registro 03: Informante da Rua da Palha identificando mamíferos do guia de campo.



Registro 04: Um dos fragmentos da RPPN Pedra da Urça.